

**NOVA**  
**PRAGMÁTICA**  
**modos de fazer**



COMITÊ EDITORIAL DE LINGUAGEM

Anna Christina Bentes  
Edwiges Maria Morato  
Maria Cecília P. Souza e Silva  
Sandoval Nonato Gomes-Santos  
Sebastião Carlos Leite Gonçalves

CONSELHO EDITORIAL DE LINGUAGEM

Adair Bonini (UFSC)  
Arnaldo Cortina (Unesp-Araraquara)  
Fernanda Mussalim (UFU)  
Heronides Melo Moura (UFSC)  
Ingedore Grunfeld Villaça Koch (Unicamp)  
Leonor Lopes Fávero (USP/PUC-SP)  
Luiz Carlos Travaglia (UFU)  
Maria das Graças Soares Rodrigues (UFRN)  
Maria Helena Moura Neves (UPM/Unesp)  
Maria Luiza Braga (UFRJ)  
Mariângela Rios de Oliveira (UFF)  
Marli Quadros Leite (USP)  
Mônica Magalhães Cavalcante (UFC)  
Regina Célia Fernandes Cruz (UFPA)  
Ronald Beline (USP)

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Nova pragmática : modos de fazer / Daniel Nascimento e Silva, Dina Maria Martins Ferreira, Claudiana Nogueira de Alencar (organizadores). – São Paulo : Cortez, 2014.

ISBN 978-85-249-2181-0

1. Linguística 2. Pragmática I. Silva, Daniel do Nascimento e. II. Ferreira, Dina Maria Martins. III. Alencar, Claudiana Nogueira de.

14-01582

CDD-401

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Pragmática : Linguagem 401

Daniel do Nascimento e Silva  
Dina Maria Martins Ferreira  
Claudiana Nogueira de Alencar  
(Orgs.)

**NOVA  
PRAGMÁTICA**  
*modos de fazer*

NOVA PRAGMÁTICA: modos de fazer

Daniel do Nascimento e Silva, Dina Maria Martins Ferreira, Claudiana Nogueira de Alencar  
(Organizadores)

*Capa:* de Sign Arte Visual

*Preparação de originais:* Nair Kayo

*Revisão:* Elisabeth Mattar

*Composição:* Linea Editora Ltda.

*Coordenação editorial:* Danilo A. Q. Morales



Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa dos autores e do editor.

© 2014 by Autores

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

Rua Monte Alegre, 1074 – Perdizes

05014-001 – São Paulo-SP – Brasil

Tel.: (55 11) 3864-0111 Fax: (55 11) 3864-4290

Site: [www.cortezeditora.com.br](http://www.cortezeditora.com.br)

E-mail: [cortez@cortezeditora.com.br](mailto:cortez@cortezeditora.com.br)

Impresso no Brasil – junho de 2014

## Sumário

### **Prefácio**

Da arrogância cartesiana à “nova pragmática”

*Kanavillil Rajagopalan* ..... 11

### **Introdução**

Uma nova pragmática para antigos problemas

*Daniel do Nascimento e Silva, Claudiana Nogueira de Alencar  
e Dina Maria Martins Ferreira* ..... 15

### **Parte I**

#### Princípios

Em torno de uma abordagem prática em pragmática:  
tragédia grega como conversação impolida

*Michiel Leezenberg* ..... 43

Ideologias linguísticas e poder

*Jan Blommaert* ..... 67

Pragmática cultural: uma visada antropológica sobre os  
jogos de linguagem

*Claudiana Nogueira de Alencar* ..... 78

|  |     |
|--|-----|
| A pesquisa política e socialmente compromissada em<br>pragmática |     |
| <i>Kanavillil Rajagopalan</i> .....                              | 101 |

## Parte II

### Contextos

|  |     |
|--|-----|
| Sequencialidade, contexto e forma linguística  |     |
| <i>Jacob L. Mey</i> .....  | 129 |
| <i>Transcontextos</i> educacionais: gêneros e sexualidades em<br>trajetórias de socialização na escola |     |
| <i>Branca Falabella Fabrício</i> .....   | 145 |
| Contexto: problemáticas <i>ad infinitum</i>  |     |
| <i>Dina Maria Martins Ferreira e Claudiana Nogueira de Alencar</i> .....                               | 190 |

## Parte III

### Corpos

|  |     |
|--|-----|
| Linguagem, feminismo e efeitos de corpo  |     |
| <i>Joana Plaza Pinto</i> .....   | 207 |
| Pragmática engajada: <i>performances</i> de resistência no <i>funk</i> carioca |     |
| <i>Adriana Carvalho Lopes</i> .....  | 231 |
| Violência e significação: uma perspectiva pragmática                           |     |
| <i>Daniel do Nascimento e Silva e Claudiana Nogueira de Alencar</i> .....      | 259 |

**Parte IV**

## Ética

|   |     |
|---|-----|
| Implicações da noção de sujeito na discussão da<br>responsabilidade de fala<br><i>Karla Cristina dos Santos</i> ..... | 287 |
| Pragmática e ética: atos de fala e <i>ethos</i> discursivo<br><i>João Batista Costa Gonçalves</i> .....               | 308 |
| <b>Sobre os Autores</b> .....   |     |



## Agradecimentos

Este livro foi escrito a muitas mãos e viajou por múltiplos lugares e revisões até chegar à versão impressa que você tem em suas mãos agora. O escritor Caio Fernando Abreu escreveu como nota à última revisão que fez de *Morangos mofados* que “textos, como as pessoas, são vivos e sempre podem melhorar em sua contínua transformação”.<sup>1</sup> De fato, os textos têm vida — e a sua vida consiste em estágios de mudança contínua, os quais se fixam temporariamente em formas sonoras, impressas ou multimodais, até viajarem para outros lugares e ganharem novas feições. É por acreditarmos nisto que, nesta fase da longa viagem de signos que compõem a Nova Pragmática, gostaríamos de agradecer a alguns companheiros de viagem.

O impulso de criação desta obra surgiu das repercussões do pensamento sobre linguagem como ação social no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, da Universidade Estadual do Ceará, onde atuam, na Linha de Pesquisa Estudos Críticos da Linguagem, os professores Claudiana Nogueira de Alencar, Dina Maria Martins Ferreira, João Batista Gonçalves e Ruberval Ferreira. Os alunos e professores dessa linha de pesquisa demandavam um livro introdutório aos diversos modos de fazer a Nova Pragmática — termo inventado por Kanavillil Rajagopalan para expressar antigas preocupações com o pensamento sobre a linguagem — e assim o convite decolou da UECE para outras universidades do Brasil e do

---

1. Caio Fernando Abreu. *Morangos mofados*. Rio de Janeiro: Agir, 2005. p. 13.

mundo, para que autores explicassem o modo como faziam a pragmática, seja descrevendo seu método, seja discutindo problemas. Nesse trânsito, gostaríamos de agradecer especialmente à editora Mouton de Gruyter, que gentilmente nos autorizou traduzir e republicar, em forma de versão expandida, o capítulo de Michiel Leezenberg, da Universidade Livre de Amsterdam. Agradecemos também a Branca Falabella Fabrício, Jacob Mey e Jan Blommaert, por terem produzido textos inéditos para este volume, numa segunda fase da viagem em que o projeto original foi expandido.

Muitas das ideias do presente volume vêm circulando há um bom tempo no grupo de pesquisa “Linguagem e identidade: perspectivas pragmáticas”, liderado por K. Rajagopalan. As palavras registradas neste livro capturam ecos das vozes desse grupo. Pelo direito de citá-los, agradecemos a Angela Meili, Alice Freitas, Claudia Nigro, Djane Correa, Dylia Lysardo-Dias, Elenita Rodrigues, Jair Antonio de Oliveira, Junia Mattos, Kassandra Muniz, Maria Luiza Coroa, Ruberval Ferreira, Sandra Helena de Melo, Tatiana Piccardi, Ubiratan Garcia e Viviane Veras. Agradecemos, finalmente, a Anna Christina Bentes, pelo entusiasmo com este volume e pelo trabalho de fazer circular noções instigantes sobre linguagem e prática comunicativa.

## Prefácio

### Da arrogância cartesiana à “nova pragmática”

Kanavillil Rajagopalan

---

Vilipendiada por muitos estudiosos como um campo de pesquisa onde se estudam apenas as “sobras”, os “rejeitos” das áreas supostamente bem mais “nobres” e “sérias” da Linguística — a saber, a sintaxe e a semântica —, a área que denominamos Pragmática tem atraído atenção redobrada dos pesquisadores nos últimos tempos e o interesse nesse campo vem crescendo em ritmo galopante, como claramente demonstram os textos que fazem parte desta coletânea. Mais importante ainda, a área tem sido palco de propostas e abordagens mais ousadas e inovadoras, como comprovam alguns desses textos. Porém, não foi nada fácil para os pragmatistas assíduos e persistentes o esforço de se livrar da impressão amplamente divulgada desde o princípio de que suas pesquisas apenas serviam para aparar as arestas pelas quais as demais áreas, notadamente, a semântica, não se interessavam mais.

Até hoje se encontra com facilidade quem acredite que, por não possuir o rigor da matemática e da lógica, a pragmática não pode ser

considerada uma área de estudos digna de ser incluída na companhia da sintaxe e da semântica, a não ser por um simples acidente na sua origem como parte de uma tríade concebida por Peirce. A resposta, curta e grossa, a esses descrentes e desavisados só pode ser a de que o problema não está em quem não consegue achar o rigor da lógica no campo da pragmática, mas em quem parte do pressuposto de que tudo o que não possui o rigor da matemática deve ser descartado como não digno de investigação.

Sabemos que o atual endeusamento da razão e o simultâneo descaso com as demais faculdades humanas têm suas raízes na ascensão da figura de René Descartes (1596-1650). O que poucas pessoas lembram hoje é que a postura de Descartes foi combatida vigorosa e incansavelmente por Giambattista Vico (1668-1744), adversário à altura, mas cujo trabalho foi ofuscado pelo prestígio imensurável do pai e principal porta-voz do Iluminismo e quase esquecido ou ignorado por seus contemporâneos. Humanista convicto, Vico se destacou na época pela famosa frase *verum esse ipsum factum convertuntur* (isto é, “a verdade é precisamente o que é feito”).

Para Vico, a verdade, longe de ser algo a ser observado ou intuído (como dizia Descartes), é algo essencialmente criado ou inventado pelo homem. Em sua obra *De Italarum Sapientia*<sup>1</sup> (1988 [1710]), Vico argumenta que “introduzir na vida prática o método da geometria é ‘como enlouquecer com as leis da Razão’ ao se tentar seguir uma linha reta em meio às tortuosidades da vida, como se as atividades humanas não fossem regidas pelo capricho, pela temeridade, pelo oportunismo e acaso”. Vico também foi um defensor incansável daquilo que ele chamou de *sensus communis*, antecipando assim o que os filósofos da linguagem ordinária viriam a pleitear mais de dois séculos depois. Como aponta Maynard (2002), diferentemente da investigação racional, conduzida por um único indivíduo em meditação solitária, o

---

1. Vico publica *De Italarum Sapientia* (*A antiga sabedoria dos italianos*) em 1710, retomado e ampliado na edição de *Scienza nuova* (*A ciência nova*), 1725.

*sensus communis*,<sup>2</sup> aperfeiçoado por Vico como um princípio epistemológico, se refere a juízos práticos consensualmente tomados pelos membros de uma sociedade como um todo. De acordo com Maynard (2002, p. 12), “[a] hermenêutica de Vico é um lembrete contra [a] arrogância desmedida do pensar cartesiano”.

A pragmática de hoje tem um caráter nitidamente anticartesiano e antiplatônico. Ela é avessa a todo esforço de teorizar *ab ovo*. Percebe-se nela uma forte recusa a teorizar apressadamente, a partir da posição de que tudo tem que começar por uma boa teoria. Os pragmatistas contemporâneos acreditam que a teoria não é a causa; ela é, na melhor das hipóteses, uma consequência do trabalho investigativo. A pretensão cartesiana de criar teorias a partir de uma lousa branca, isto é, fazendo de conta de que nada do que se pensava a respeito do objeto de discussão pode ser aproveitado, é fortemente rechaçada. Em seu lugar, reconhece-se a continuidade ininterrompível da linguagem e a impossibilidade de separar a linguagem-objeto de uma eventual metalinguagem que consiga discuti-la sem ser influenciada por ela. Ou seja, em momento algum podemos nos dar o luxo de pensar que estamos fora da linguagem. É nesse sentido que a linguagem pode ser considerada “envolvente”.

A Nova Pragmática nada mais é do que a fase da Pragmática que conseguiu se desvencilhar das velhas amarras herdadas de outros tempos, que impediam os pesquisadores de encarar a linguagem com todas as complexidades que ela apresenta sem lhes dar costas ou simplesmente menosprezá-las em nome de aperfeiçoamento da teoria.

Enquanto Vico quis criar uma *Ciência nova* (Vico, 1999 [1725]), combatendo o *status quo* cartesiano, poderíamos dizer que *Nova Pragmática: modos de fazer* também combate o *status quo* de uma “boa teoria a partir de uma lousa branca”, pois não podemos esquecer que o ser humano “age” ao conhecer e conhece “agindo”.

---

2. Na obra *A ciência nova* (1999), Vico se refere ao senso comum como um juízo sem reflexão comumente sentido...

## Referências

MAYNARD, Senko K. *Linguistic emotivity: centrality of place, the topic-comment dynamic, and an ideology of pathos in Japanese discourse*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2002.

VICO, Giambattista [1710]. *De Antiquissima Italarum Sapientiaex Linguae Originibus Eruenda Librir Tres*. [On the Most Ancient Wisdom of the Italians Unearthed from the Origins of the Latin Language. Trad. L. M. Palmer. Ithaca: Cornell UP, 1988.]

\_\_\_\_\_. [1725]. *A ciência nova*. Trad. Marcio Lushesi. São Paulo: Record, 1999.

## Introdução

### Uma nova pragmática para antigos problemas

Daniel do Nascimento e Silva  
Claudiana Nogueira de Alencar  
Dina Maria Martins Ferreira

---

#### **Para fora da lata de lixo**

A expressão “lata do lixo pragmática” é hoje bastante famosa na teoria linguística. Yehoshua Bar-Hillel utilizou-a em seu famoso artigo “Out of the pragmatic wastebasket” [Para fora da lata de lixo pragmática], na verdade uma réplica a vários autores publicada na revista *Linguistic Inquiry* (ver Bar-Hillel, 1971). Bar-Hillel ergue-se contra uma postura comum em muitas teorias linguísticas, que é a de forçar que certos dados entrem na camisa de força formal, quando uma explicação pragmática para esses mesmos dados seria suficiente. Contestando análises de autores como Jerry Fodor, Bar-Hillel aponta que perder de vista a natureza pragmática dos fatos da linguagem gera pseudoproblemas. O texto de Bar-Hillel contém uma importante “moral”, como o próprio autor a intitula:

Tenha mais cuidado antes de forçar trapos e pedaços que você encontra na lata de lixo pragmática na sua teoria sintático-semântica favorita. Seria preferível inicialmente dar alguma ordem nos conteúdos dessa lata de lixo, de modo a clarificar melhor o *explicandum* — para usar um *slogan* de Carnap, injustamente negligenciado — antes de embarcar na explicação (Bar-Hillel, 1971, p. 405).

Pouco mais de uma década depois, Kanavillil Rajagopalan (1987), um autor afeito a discussões, embarca numa disputa com Rodolfo Ilari (1987) a respeito da interpretação das chamadas construções simétricas em língua natural. O exemplo discutido pelos dois linguistas é o seguinte. Imagine uma conversa informal com o seguinte par de enunciados:

- (1) A. Soube que você trabalha na mesma sala que o Paulo.  
B. Não, o Paulo é que trabalha na mesma sala que eu.

Ilari aponta que, apesar de conversacionalmente o par de enunciados em (1) fazer sentido, há uma contradição lógica entre os enunciados (1A) e (1B). Nas palavras do autor:

(1B) retoma anaforicamente o conteúdo proposicional da pergunta (1A) para declará-lo falso (“Não”) e em seguida declara esse mesmo conteúdo, agora assertado como verdadeiro. (1B) é, em suma, uma oração contraditória (Ilari, 1987, p. 54).

Rajagopalan parafraseia o aparente escândalo lógico do par de enunciados acima do seguinte modo:

- (2) A. “ $2 + 3$ ” é 5.  
B. Não, mas “ $3 + 2$ ” é.

De um ponto de vista lógico, o que torna o par de enunciados em (2) bizarro? As expressões “ $2 + 3$ ” e “ $3 + 2$ ” têm a mesma referência, i.e., o número 5. Pelo princípio da *substitutividade salva veritate*, que o lógico alemão Gottlob Frege retoma de Leibniz, sentenças que

possuam a mesma referência devem ser capazes de ter seus termos substituídos sem que seu valor de verdade seja alterado. Numa aula de matemática, por exemplo, a substituição (2B) dos termos que aparecem em (2A) é estranha; não há nada que permita que “ $2 + 3$ ” e “ $3 + 2$ ” tenham referências diferentes no mundo: o número 5. Porém, se os enunciados em (1) fossem proferidos pelo mesmo par de falantes, a conversa soaria perfeitamente compreensível. E isso apesar de o enunciado violar o princípio lógico em questão: pela *substitutividade salva veritate*, “A trabalha na mesma sala que B” deve ter o mesmo valor de verdade que “B trabalha na mesma sala que A”.

Rajagopalan defende que os enunciados (1A) e (1B) não são contraditórios. Descrente de que haja um “conteúdo proposicional” sendo negado — um conteúdo que, como tal, seria o modo a um só tempo invisível e primário da significação —, Rajagopalan propõe uma solução para o problema que envolva não apenas os termos da lógica (ele demonstra que não há nos enunciados uma contradição do tipo  $p \ \& \ \sim p$ ), mas também a dimensão social do problema. Por exemplo, a regra que permite a inversão dos termos em (1B) não pode ser aplicada universalmente. Observe o seguinte exemplo, criado por Rajagopalan:

- (3) A. Soube que você trabalha com a mesma teoria que o Chomsky.  
B. Não, o Chomsky é que trabalha com a mesma teoria que eu.

Há obviamente uma restrição — provavelmente advinda do poder intelectual e institucional auferido pela sociedade a Chomsky — que impede que uma resposta como (3B) soe ao mesmo tempo séria e razoável se proferida por qualquer falante, a menos que se trate de alguém com o gabarito de um Zellig Harris, o orientador de Chomsky. Tivesse Rajagopalan retomado a discussão sobre construções simétricas na década de 1990, talvez nem precisasse ter inventado o exemplo, já que Sérgio Buarque de Holanda produziria um enunciado que dá a ver o caráter radicalmente social da construção gramatical em debate:

- (4) Certa ocasião perguntaram a Sérgio Buarque de Holanda se o Chico Buarque era filho dele e ele respondeu:

— Não, o Chico não é meu filho, eu é que sou o pai dele.

(Liliana Pinheiro, *O Estado de S. Paulo*, 25 dez. 1994, B1)

Não iremos aqui entrar em mais detalhes do caloroso debate, para o qual remetemos o/a leitor/a à edição 13 de *Cadernos de Estudos Linguísticos*.<sup>1</sup> O que nos interessa aqui é ajustar o foco para o modo de solucionar o problema e para a postura correlata diante da significação. No debate em questão, podemos identificar duas posturas distintas diante do que seja o problema de significação envolvido em (1): na ótica de um dos autores, trata-se de um problema de significação que evidencia a contradição entre proposições ou sentidos literais; na ótica de outro, um problema de significação que mostra a aplicação de regras a partir das possibilidades da língua e da cultura. Na primeira postura, pressupõe-se que conceitos como “conteúdo proposicional” e “sentido literal” são os modos primários de explicar a significação e, quando a explicação baseada tão somente no cálculo semântico a partir desses conceitos falha, invocam-se conceitos pragmáticos como “significado do falante” por exemplo, que explicariam a idiossincrasia das pessoas ao violarem os termos quase inexoráveis da lógica simbólica ante a significação. Na segunda postura, é a *prática* comunicativa, tal como evidenciada pela interação entre a situação dos usuários na sociedade e os recursos disponíveis, que oferece os termos para a explicação, sendo construtos como “proposição”, “sentido literal” e “sentido metafórico” refinamentos teóricos desse próprio modo de observar.

A postura diante da significação que queremos evocar é aquela que Wittgenstein extrai do *Fausto I* de Goethe, na cena de abertura no *Studierzimmer*: “A linguagem — eu quero dizer — é um refinamento. ‘No princípio era o ato’” (Wittgenstein, 1993, p. 420, *itálico acrescentado*).

---

1. A maioria dos periódicos brasileiros oferece acesso gratuito a seu conteúdo pela Internet. Todas as edições de *Cadernos de Estudos Linguísticos* e de outros títulos publicados pelo IEL/Unicamp encontram-se disponíveis em: <<http://www.iel.unicamp.br/publicacoes/index.php>> (último acesso em: 31 mar. 2013).

Assim, quando perdemos de vista a concretude da prática linguística, surgem muitos dos problemas de significação — outra sugestão do próprio Wittgenstein: “problemas filosóficos surgem quando *a linguagem sai de férias*” (Wittgenstein, 1953, § 38, itálico no original).

Tal como se estivesse seguindo a sugestão wittgensteiniana, Rajagopalan rejeita observar o problema com que começamos esta introdução como sendo inicialmente calculável pelos termos da lógica simbólica e em seguida aplicável à prática linguística. A proposta de Rajagopalan — feita, diga-se de passagem, no início de sua carreira — era o oposto disso: partir da prática, da práxis, do *pragma* e, como resultado, chegar a alguma explicação válida. Nesse texto, Rajagopalan termina por suspeitar da própria fronteira entre semântica/pragmática: tal como a dicotomia enunciado constativo/enunciado performativo, que Austin (1975) desmancha no final de sua teorização, a pragmática, no final, seria uma “Pragmática — com ‘P’ maiúsculo — que não esteja oposta a nada, pelo menos não dentro da linguagem” (Rajagopalan, 1987, p. 91).

Ao nosso ver, Rajagopalan estava antecipando a cara noção de Verschueren (1999) da pragmática não como “módulo” de análise ou “componente” da linguística (e menos ainda como lata de lixo), mas como “perspectiva de estudos”. Ou seja, a pragmática não é o campo em que conceitos como “implicatura” ou “significado do falante” (cf. a seção seguinte) operam de forma a serem invocados como recurso último para explicar a irregularidade de certos fenômenos sintático-semânticos. Como apontara Rajagopalan (1987, p. 91) naquele artigo do início de sua carreira, “o que há é Pragmática, sendo a pragmática, a sintaxe e a semântica produtos da atividade intelectual que consiste em progressiva abstração”.

## **Nova pragmática, antigos problemas**

Quais seriam então esses antigos problemas? Como uma “nova pragmática”, conforme a invenção recente do termo por Rajagopalan

(2010), pode lidar com eles? Como especificamente os autores e autoras reunidos neste volume abordam tais problemas?

A clássica definição de pragmática remonta a Morris (1938), que é, por sinal, o inventor do termo. Morris colocou a pragmática numa tríade juntamente com a semântica e a sintaxe, definindo as três nos seguintes termos: a sintaxe lida com as relações formais entre os signos; a semântica estuda a correspondência entre os signos e seus referentes no mundo; e a pragmática investiga a relação dos signos com os intérpretes.

Nos dias de hoje, uma distinção comum entre semântica e pragmática é que, apesar de ambas lidarem com o significado, a primeira investiga o significado a partir das condições de verdade das sentenças e a segunda estuda o significado como uma manifestação da intenção do falante. Considere-se o seguinte exemplo fabricado, i.e., retirado da nossa cabeça:

(5) Está quente nesta sala.

A distinção usual entre o modo como um semanticista e um pragmaticista olhariam para esta sentença pode ser feita, grosseiramente, do seguinte modo: o semanticista olharia para as condições no mundo que devem ser satisfeitas para que a sentença (5) seja verdadeira, algo do tipo “a sentença (5) é verdadeira se e somente se aqui há uma sala e esta sala está quente, caso contrário será falsa”. Perceba que essa explicação não considera os usuários da língua, suas intenções, as condições sociais envolventes etc., mas apenas o sistema e a convencionalidade da língua. O pragmaticista, nessa visão usual, olharia para essa sentença de modo a incluir os usuários e tentaria responder a questões do tipo “que intenção tinha o falante ao dizer  $p$  e, pelo modo como disse, permitiu que o ouvinte interpretasse  $q$ ?”. Aplicando a pergunta ao nosso exemplo inventado, poderíamos pensar numa situação em que estudantes estão numa sala de aula quente, onde o ar condicionado está desligado, e, a certa altura, o professor diz (5). Um aluno que está sentado próximo ao aparelho levanta-se e liga o ar condicionado. Veja que o pragmaticista, nesse caso, em vez

de olhar para a *convenção*, olhou para a *conversação*. O trabalho do pragmaticista clássico é o de explicar que o professor *não disse* “liguem o ar condicionado!” ou “por favor, levante e ligue o ar”, mas, conforme a terminologia de Grice, *implicou* isso, i.e., ofereceu alguma evidência linguística —  $p$  — de sua intenção —  $q$  —, sempre *a priori* e bem delimitada. No caso, o aluno entendeu  $p$  e reconheceu  $q$ , agindo, então, em conformidade com a inferência realizada.

Nessa visão clássica, diz-se ainda que a sentença (5) tem dois significados: um significado da sentença e um significado do falante. O significado da sentença, como apontou Frege (1978 [1892]), é o sentido das expressões linguísticas mais a sua referência no mundo, no caso, o sentido “Esta sala é quente” mais alguma sala de aula real, digamos, no verão do Rio de Janeiro, que satisfaça a verdade desta sentença. Perceba-se que subjaz ao próprio da semântica uma noção de literalidade, da qual emerge também (direto da lata de lixo?) a noção de significado do falante, por definição, o significado que não corresponde à interpretação literal da sentença, mas sim a alguma inferência que o ouvinte realiza a partir dos poucos pedaços de evidência linguística que o falante oferece.

Apesar de à primeira vista idiossincrático, o conceito de significado do falante, tal como Grice o postulou, não opera num nível puramente individual ou aleatório, mas segue quatro máximas conversacionais, as quais podem ser assim resumidas (ver Grice, 1982, p. 86-89):

1. seja tão informativo quanto for requerido (máxima da quantidade);
2. seja verdadeiro (máxima da qualidade);
3. seja relevante (máxima da relação);
4. seja claro, breve, ordenado, não ambíguo e não obscuro (máxima do modo).

Essas máximas, que Grice (1982, p. 86) afirma ter tomado emprestadas de Kant, compõem um princípio “racional” da ação humana (p. 91), o Princípio Cooperativo, e que diz o seguinte: “Faça

sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito aceito ou direção da troca conversacional em que você está envolvido” (Grice, 1982, p. 86, tradução modificada).

A violação dessas máximas seria o mecanismo disparador de inferências ou implicaturas. Assim, para utilizar um conhecido exemplo, imagine que um estudante recém-graduado em matemática, que não havia sido um aluno aplicado durante seus anos de graduação, pede a um de seus professores que escreva uma carta de recomendação para uma posição de ensino de matemática. Embora o professor reconhecesse o pouco interesse de seu pupilo pelos estudos, tinha por ele grande apreço. Decide, então, resumir sua carta ao seguinte:

(6) Ele não chega atrasado e tem uma excelente caligrafia.

Nos termos do que vimos até agora, o diretor da escola, diante da carta (6), lerá uma evidência semântica  $p$ , a qual viola, na situação conversacional de seleção de emprego, as máximas da quantidade e da relevância (apesar de, ao mesmo tempo, respeitar a verdade, i.e., a máxima da qualidade), gerando então uma implicatura. O diretor, supondo que o autor da carta é cooperativo (i.e., racional), irá inferir que a violação das duas máximas — o autor não foi informativo o suficiente, nem relevante — implica o significado do falante  $q$ : o candidato não é apto ao posto pleiteado.

Até aqui, tudo bem. Essa tarefa clássica atribuída ao pragmatista de fato explica um conjunto de disjunções entre o assim chamado significado literal de certas expressões e o significado do falante. O que a presente obra pretende questionar não é propriamente que inferências existam, mas sim o quadro geral de racionalidade que subjaz ao cálculo dessas inferências e a outros (antigos) problemas que identificaremos a seguir. O princípio cooperativo griceano, por exemplo, supõe uma noção contratual de ação humana, que guiaria todo e qualquer ato linguístico e possivelmente não linguístico. Ve-

remos no capítulo de Jan Blommaert, neste volume,<sup>2</sup> que há conexões entre os modos de explicação nativos ou especializados do que sejam linguagem e suas funções e padrões socioculturais locais. Assim, a visão griceana de que a comunicação pragmática é a comunicação de significados individuais-intencionais da parte do falante e o reconhecimento de intenções e a consequente realização de inferências da parte do ouvinte baseia-se numa visão de mundo particular, no caso, a filosofia liberal anglo-americana. O princípio cooperativo, que Grice supõe universal, é na verdade o produto da própria ideologia linguística liberal, segundo a qual “o foco da ação é a intenção individual de atores discretos, não as relações sociais das quais essas ações emergem e nas quais, retroativamente, ingressam” (Keane, 2009, p. 55). Uma vez que alguém adere impensadamente a esse suposto modelo universal de comunicação pragmática, está comprando, acriticamente, todo um conjunto de suposições não apenas sobre os papéis da ação social e dos falantes na determinação do significado, mas também, e principalmente, sobre sua vocação social e humana.

Todos os autores desta nova pragmática, de um modo ou de outro, insurgem-se contra o quadro geral de racionalidade subjacente a conceitos como “significado do falante” e outros com os quais certas teorias pragmáticas operam. A seção *Corpos* (Parte III) do presente volume, por exemplo, abriga trabalhos que contestam a masculinidade, branquitude e cooperação genéricas pressupostas por modelos linguísticos centrados no indivíduo (por definição, branco, masculino e cooperativo). Daí a crítica de Joana Plaza Pinto, neste volume, ao fato de que a linguística ainda não se alimentou do debate feminista. Pinto aponta que a frágil inclusão da questão da mulher nos estudos da linguagem defendeu (e ainda defende) “que a língua espelha a situação social de quem fala”. Ou seja, a inclusão de categorias como “mulheres” e “homens” no pensamento lingüís-

---

2. Para tornar a leitura desta introdução mais fluida, não citaremos os títulos dos capítulos. Faremos referência aos textos do presente volume citando apenas os autores (no caso de coautoria, conforme a ordem em que os autores aparecem nos seus respectivos capítulos). A referência a outros textos dos autores seguirá o modelo de citação tradicional.

tico (por exemplo, na clássica variável “sexo” da sociolinguística variacionista) foi marcada por uma aderência acrítica a uma ideologia linguística representacionista repleta de suposições tidas como auto-evidentes, como as de que “(A) a oposição linguagem/mundo é pertinente — quando não óbvia!; (B) os termos ‘carregam’ a realidade, ou seja, a transmitem”. A crítica a essas suposições, nos termos de Pinto, passa por uma revisão radical desse quadro geral de racionalidade masculino. E nós acrescentaríamos: passa também pela inclusão de práticas sociais marginalizadas na agenda de pesquisa pragmática, como o fazem Adriana Carvalho Lopes com o *funk* carioca e Claudiana Alencar e Daniel Silva com a violência linguística.

## **Relevância para quem?**

Outro clássico modelo pragmático, a teoria da relevância, proposta pelo antropólogo Dan Sperber e pela linguista Deirdre Wilson como refinamento da pragmática griceana, segue o mesmo quadro de racionalidade, promovendo o retorno de antigos problemas. Sperber e Wilson (2001) propõem que todo o problema da comunicação cooperativa pode ser resolvido pela máxima 3 que mencionamos na seção anterior, isto é, a máxima da relevância. Para eles, a relevância não é propriamente uma máxima, mas sim um princípio comunicativo geral e universal. Dizem eles: “O Princípio Comunicativo da Relevância não é uma máxima mas uma generalização sem exceções acerca da comunicação; os falantes não precisam conhecê-lo para se comunicarem, e não poderiam violá-lo mesmo que tentassem” (Sperber e Wilson, 2001, p. 14).

Os autores postulam que o princípio comunicativo da relevância é uma instanciação de uma suposta lei cognitiva do menor esforço, segundo a qual os falantes são guiados para a busca (automática e universal) pela relevância. Assim, quando o significado literal não se mostra “relevante”, ou seja, quando esse significado literal não corresponde à dita realidade que representa, então o ouvinte automati-

camente “alarga” a expectativa de relevância até que a adequação ou homologia linguagem-mundo seja satisfeita. Vejamos os seguintes exemplos citados pelos autores:

- (7) A minha tábua de passar é chata.
- (8) O meu jardim é chato.
- (9) O meu país é chato.

Sperber e Wilson explicam que, “literalmente, *chato* significa uma superfície perfeitamente plana: estritamente falando, não se aplica a uma tábua de passar, a um jardim, ou a um país” (2001, p. 15). Segundo a teoria da relevância, o ouvinte, diante dos exemplos (7) a (9), vai gradualmente alargando o significado, de forma a torná-lo relevante ao que o falante quis dizer. Assim, em (7) o ouvinte alargaria o significado apenas “um pouco”, ao passo que alargaria “substancialmente” em (8) e (9) (Sperber e Wilson, loc. cit.). A relevância seria assim a ponte cognitiva sobre as pobres evidências linguísticas que o falante oferece de suas intenções.

Sperber e Wilson explicam a cognição e a linguagem humanas a partir dos mesmos princípios racionais e individuais da ideologia linguística liberal. Em sua teoria, “literal” e “relevante” são praticamente sinônimos. No entanto, há pouca evidência etnográfica sobre a suposta universalidade e automaticidade desse princípio que Sperber e Wilson tomam como pressuposto no sentido fregeano, isto é, como aquilo que não pode ser negado.<sup>3</sup> Os exemplos fabricados por

---

3. Em seu ensaio *Sobre o sentido e a referência*, Frege (1978 [1892]) observou que, na sentença “Kepler morreu na miséria”, há um conteúdo pressuposto, sobre o qual a questão da referência não se aplica: o nome próprio “Kepler”. Tanto é que, ao negar essa sentença, a negação se aplica apenas ao conteúdo “posto” pela sentença (Kepler *não* morreu na miséria); a existência de Kepler permanece intocada pela negação. No século XX, Russell (1905) e Strawson (1950) retomam o problema apontado por Frege, demonstrando visões discordantes quanto à questão da pressuposição: o exemplo que eles discutem é a sentença “O atual rei da França é careca”. Para Russell, a sentença é falsa, uma vez pode ser decomposta em proposições mais simples, como “existe um rei na França” e “a propriedade de ser rei da França é ser calvo”. Como uma das proposições é falsa, a conjunção (&) entre as duas proposições indica que a sentença complexa é falsa. Strawson retoma o argumento fregeano e afirma que, uma vez que a sentença pressupõe

nós e por Sperber e Wilson não necessariamente revelam as intuições do que os falantes tomam como literal ou relevante. Vejamos o contraexemplo a seguir:

(10) Neste ano, não choveram balas.

O enunciado (10) foi colhido por Flora Charner (2013) em seu trabalho de campo em favelas pacificadas do Rio de Janeiro. A sentença foi enunciada por Marquinhos, um morador de 51 anos da comunidade do Jacarezinho, em janeiro de 2013, após a recente pacificação da favela.<sup>4</sup> O morador em questão se referiu ao fato de que, na virada do ano de 2012 para 2013, não havia chovido balas na comunidade (como usualmente acontecia), mas sim fogos de artifício. Defender que, na interação entre a pesquisadora e o morador, o significado “otimamente relevante” ou “primariamente literal” de “chover” era “chover água”, sendo “chover balas” mero “alagamento” interpretativo *ad hoc*, é ignorar completamente as condições sociais em que vive esse falante real, de carne e osso, para quem apenas recentemente foram oferecidos serviços essenciais como uma política de segurança pública — da qual são agraciados, diga-se de passagem, os autores que citamos e possivelmente os leitores desta obra, mas não uma grande parte dos falantes das línguas naturais do mundo. No caso de uma comunidade inteira onde balas choviam mais do que água ou fogos de artifício, é complicado postular a existência de “significados literais e exatos” (Sperber e Wilson, 2001, p. 17) partilhados por pragmaticistas da relevância, novos pragmaticistas e moradores do Jacarezinho, uma das favelas mais violentas do Rio de Janeiro.

---

a existência de um atual rei da França, a questão da referência simplesmente não se aplica: não se pode dizer que ela seja falsa ou verdadeira. Austin, ao discutir a sentença, recupera um aspecto do ensaio de Frege intocado por Russell e Strawson: enunciar essa sentença em condições ordinárias não é nem verdadeiro nem falso, muito menos contraditório, mas ultrajante. Equivale, diz Austin (1975, p. 20), a “doar algo que não possuímos”.

4. Pacificação é a política pública implementada pelo estado do Rio de Janeiro, em vista da necessidade, sobretudo econômica, de tornar o Rio de Janeiro seguro para os megaeventos de 2014 (a Copa do Mundo) e 2016 (os Jogos Olímpicos de Verão).

É importante esclarecer que a postura que pleiteamos nesta obra não é relativista, resumível por alguma afirmação genérica do tipo: cada grupo ou comunidade linguística tem seus modos próprios de significar, tornando impossível a aplicação de universais linguísticos ou mesmo a tradução intercultural. Pelo contrário: uma postura pragmática, nova ou qualquer outra, deve se pautar pela prática linguística, que é sempre situada numa perspectiva cultural (ver Martins, 2012). O capítulo de Leezenberg, neste volume, reivindica justamente uma pragmática guiada pela prática linguística, o que, à primeira vista, seria uma repetição do óbvio. Porém, considerando a incorporação de modelos idealizados para a pragmática, como fazem os teóricos da relevância por exemplo, o delineamento de uma visada prática é mais do que necessário numa obra como esta. Inspirado na obra de antropólogos como Pierre Bourdieu e William Hanks, Leezenberg propõe uma abordagem prática que questiona a divisão da semântica como o território de um significado sentencial imanente e a pragmática como o lugar das intenções e das implicações idiossincráticas dos falantes individuais. Uma abordagem prática, segundo Leezenberg, abre espaço para “uma atenção mais sistemática à interação entre estrutura linguística, prática linguística e crenças metalinguísticas”.

### **Significados, intenções e contextos emergentes**

A nova pragmática, do modo como a praticam os autores deste volume, critica que construtos como significado, intenção e contexto sejam entidades teóricas *a priori*, bem delimitadas e circunscritas, as quais o/a pragmaticista irá meramente descobrir ou verificar na interação. Como aponta Jacob Mey neste volume, o significado é uma propriedade emergente do relacionamento entre língua e contexto social; ele não está codificado na língua de um modo estanque. Mey parte da proposta de William Hanks, representativa de posições atuais em antropologia linguística e em semânticas, como a cognitiva,

segundo a qual “o significado — mesmo o sentido literal — deriva de uma fusão da forma linguística com o contexto” (Hanks, 1996, p. 232). Nessa visão, a tarefa de uma pragmática não seria apontar quais inferências ou alargamentos interpretativos são solicitados por certas disjunções entre o literal e o metafórico, o dito e o implicado, o convencional e o inferencial; os significados seriam todos dependentes da conexão entre língua e situação social.

Por seu turno, a noção de intenção, como apontam neste volume os capítulos de Jacob Mey, Karla dos Santos e Daniel Silva e Claudiana Alencar, passa a ser vista como um fenômeno escalar ou gradual: em várias situações, de fato temos intenções pré-definidas e delimitadas do que vamos fazer ou dizer, mas em várias outras a intenção é definida *a posteriori*, negociada pelos participantes do evento comunicativo ou mesmo reinterpretada, como atestam os casos de racismo discutidos por Santos e por Silva e Alencar, neste volume. O exemplo a seguir, discutido por Mey neste volume, é bastante ilustrativo do desdobramento temporal da intenção:

[Mãe e filha caminhando em direção a uma estação de trem em Tóquio]

Mãe: *mama hankachi mottekita to omottanda kedo*

[mãe (= “eu”) lenço trazer-vir-passado QUOT pensei mas...]

(“Pensei que tivesse trazido um lenço, mas...”)

[A filha passa seu lenço para a mãe]

Mãe: *A', doomo*

(“Oh, obrigada”)

(adaptado de Haugh, 2007, p. 95)

Perceba que o ato de fala “pensei que tivesse trazido um lenço” só se configura como um ato performativo de pedir porque a filha, ao ouvir o comentário da mãe, passa a ela o seu próprio lenço. Caso a filha não passasse o lenço (porque não tinha um lenço consigo ou porque não quisesse ser gentil com a mãe), o ato anterior seria um ato de fala constativo, alguma observação em voz alta equivalente

a “da próxima vez, ficarei mais atenta quanto a meu lenço”. A intenção “pedir um lenço a minha filha” é produzida *a posteriori*, justamente no conjunto das ações subseqüentes da filha e da mãe, a qual responde finalmente com um “obrigada”. De um ponto de vista puramente individual ou cognitivo, é óbvio que poderia ter sido o caso de a mãe ter alguma intenção prévia de pedir à filha um lenço, porém, tal como a ação na fala se desenrola, é o par enunciação-apreensão (*utterance-uptake*, nos termos de Austin), visto temporalmente, que retrospectivamente dá um sentido ao enunciado inicial da mãe. Nos *The blue and brown books* [Cadernos azul e marrom], estudos preparatórios de Wittgenstein para suas *Investigações filosóficas*, o filósofo austríaco é bastante enfático que ações como “intencionar” ou “querer dizer” não são “nem um estado particular da mente nem um processo mental” (Wittgenstein, 1958, p. 32). Para Wittgenstein, ações como querer dizer, intencionar e significar são, ao contrário, uma condição permanente, algo que acontece em nossas práticas comunicativas, continuamente reformuladas no tempo e no espaço (ver Martins, 2010).

A noção de contexto não como algo estático mas como prática social é tomada radicalmente pelos capítulos que compõem a seção *Contextos* (Parte II). De forma a captar os modos em que os contextos são continuamente ressignificados e refeitos no desdobrar situado dos processos de significação, Branca Fabrício propõe, neste volume, a noção de transcontextos. O termo, segundo a autora, busca capturar os estados de fluxo e mudança contínuos da atividade de significar, estados em que “a constância e a efemeridade se entremeiam”. Esse tipo de entrelaçamento, ela argumenta, pode ser observado nas sucessivas entextualizações a que palavras, textos e discursos são continuamente submetidos nas ações de significação cotidianas — fenômeno que comporta a concomitância do par aparentemente contraditório “repetição-transformação”. Branca Fabrício, a partir de evidência etnográfica em uma sala de 5ª série (atual 6º ano) de uma escola do Rio de Janeiro, demonstra que a contextualização e o enquadramento — i.e., a atividade metapragmática — são processos

envolvidos por contínuas “lutas pelo poder sobre a contextualização”. Ao longo de um ano de trabalho, em que ela mesma se envolve, como pesquisadora, juntamente com a professora, nessa luta pela contextualização, vemos na sala de aula a emergência de significados mais críticos “dos processos de identidade em geral, particularmente do gênero e da sexualidade”.

A visada de Derrida, para quem um contexto nunca é plenamente delimitável nem saturável, é adotada por Claudiana Alencar e Dina Ferreira, neste volume. Derrida interpreta os enunciados performativos de Austin a partir da noção de iterabilidade. Uma condição de possibilidade de uso dos signos é que sejamos capazes de extrair o signo de um contexto e levá-lo a outro. Estamos, assim, provocando rupturas nesse uso, nas contínuas extrações que fazemos dos signos de um lugar e de um tempo para outro(s) (no mínimo, estamos provocando uma ruptura de contexto...). Uma vez que para Austin os enunciados performativos necessariamente seguem uma convenção — um batismo, um casamento ou uma promessa são sempre rituais —, a linguagem performativa seria, para Derrida, estruturada pela “iterabilidade”, essa lógica da repetição com ruptura que caracteriza todo uso de um signo, toda pragmática. Derrida inventa o neologismo iterabilidade a partir de uma pista etimológica de *iter*, que significa “de novo” em latim: “*iter* [...] provavelmente vem de *itara*, *outro* em sânscrito, e tudo o que segue deve ser lido como o funcionamento da lógica que associa repetição a alteridade” (Derrida, 1977, p. 180). Alencar e Ferreira argumentam que o uso da linguagem seria assim uma prática de infinitas repetições com ruptura, as quais são responsáveis tanto pelos processos de manutenção de certos regimes de significação, quanto pelos processos de ressignificação. O recente movimento das “Marchas das vadias”, em várias cidades brasileiras, atesta esse uso a um só tempo recontextualizador e disruptivo previsto pela iterabilidade: as marchas revelam uma ressignificação do termo “vadias”, na medida em que as mulheres usam o mesmo termo que é comumente usado contra as vítimas de estupro nas delegacias e para além delas, porém contra os propósitos

ofensivos originais. As “vadias” recontextualizam não apenas os signos da invectiva, mas a própria intenção injuriosa, torcendo-a na forma de paródia.<sup>5</sup>

Ao nosso ver, as implicações dessa visão sobre significado, intenção e contexto são bastante sérias. Elas indicam algo que Marcuschi reivindicou em sua obra, precisamente que uma boa teoria linguística demanda uma boa teoria social (2002, p. 45). A pragmática não pode adotar visões ingênuas sobre o funcionamento da língua em sociedade e, menos ainda, sobre o próprio funcionamento da sociedade. Afinal, como apontou Bourdieu (1998, p. 54), “é toda a estrutura social que se faz presente em cada interação linguística”.

O que o pragmaticista tem a falar sobre o que é a língua e como ela funciona depende, assim, de evidência tanto do que as pessoas fazem com as palavras (i.e., a pragmática) quanto do que falam sobre o que fazem com as palavras (i.e., a metapragmática). Vigilância etnográfica é, assim, condição de possibilidade para uma boa investigação pragmática, nova ou de qualquer outro tipo.<sup>6</sup> Desde Bloomfield, a linguística assumiu uma postura arrogante diante dos comentários metadiscursivos ou metapragmáticos dos leigos (ver Rajagopalan, 2008, p. 27-29), algo que se vê refletido em muitos tratados de pragmática dos dias de hoje. Veja-se, por exemplo, a postura de Sperber e Wilson (2001) diante das explicações imaginárias que os falantes dariam sobre a suposta ambiguidade da sentença (11), a qual, segundo eles, pode ser entendida como (12) ou (13):

---

5. O cotejo entre as noções de repetição nos capítulos de Alencar e Ferreira (representando a tradição desconstrutivista) e em Fabrício (representando a tradição linguístico-antropológica e aplicada) seria certamente um exercício fecundo.

6. Veja que “vigilância etnográfica” e “método etnográfico” são termos diferentes. Estamos reivindicando vigilância (ou atenção) etnográfica, mas não etnografia em si (embora ela seja desejável, diga-se de passagem). Um método etnográfico é condição de possibilidade de um trabalho em antropologia e é, por excelência, um método pragmático, na medida em que parte da *prática* dos sujeitos e não simplesmente de uma *teoria* sobre os sujeitos. Daí provavelmente o crescente interesse de antropólogos pela pragmática. Na presente obra, encontramos pesquisas pautadas por diferentes métodos etnográficos: os capítulos de Adriana Lopes; Branca Fabrício; Claudiana Alencar; Daniel Silva e Claudiana Alencar; e Joana Plaza Pinto.

- (11) O João comprou o *Estadão*.<sup>7</sup>  
 (12) O João comprou um exemplar do *Estadão*.  
 (13) O João comprou a empresa que publica o *Estadão*.

A frase (11) é ambígua e pode ser entendida como transmitindo (12) ou (13). Os ouvintes ordinários em circunstâncias ordinárias não terão nenhuma dificuldade em fazer a escolha entre estes dois significados e geralmente sem terem mesmo consciência de que fazem essa escolha. Quando lhes é apontada a ambiguidade e lhes é pedido para explicarem como sabem qual das interpretações está correta, oferecem quase sempre como explicação algo que se assemelha a um argumento lógico truncado (Sperber e Wilson, 2001, p. 42).

Perceba que na argumentação de Sperber e Wilson há uma distinção entre o plano da existência e o plano da aceitabilidade ou recepção. Dito de outro modo, para os autores *existe* uma ambiguidade na sentença “O João comprou o *Estadão*”, porém essa ambiguidade não é *aceita* ou *recebida* como tal em situações ordinárias, já que os falantes, pragmaticamente, entenderão que é mais provável a interpretação (12) do que a (13) para a sentença em questão. Quando instados sobre a ambiguidade da sentença (11) — algo que não se daria a ver no plano superficial da atividade ordinária, mas sim nas profundezas da argúcia filosófica —, o máximo que os falantes ordinários conseguem fazer é oferecer “argumentos lógicos truncados”. Ou seja, a habilidade metapragmática dos falantes deve ser desprezada, porque ela não toca no *ser* da questão, apenas no modo como esse ser é *recebido*. Contrariamente a essa postura, porém, Austin (1975, p. 26) questiona: “devemos razoavelmente nos perguntar se existe algum sentido para ‘existir’ que não seja o de ‘ser aceito’”. Austin, a nosso ver, está aí adotando uma vigilância etnográfica: para ele, o plano da ontologia é o próprio plano social. Rajagopalan, neste volume, argumenta no mesmo sentido: “na esfera de ação social e planos políticos, o que importa mesmo não é como os ‘fatos’ real-

---

7. O exemplo original é “Jones has bought the *Times*”.

mente são, mas como eles são percebidos e efetivamente utilizados nas práticas sociais”.

É justamente a preocupação com os modos pelos quais os processos de significação são recebidos ou avaliados pelos falantes que orienta a proposta de uma pragmática cultural por Claudiana Alencar, neste volume. Segundo a autora, observar os modos de recepção e apropriação nos quais os sujeitos se engajam cotidianamente exige da pragmática um olhar antropológico ou cultural. Trata-se de um modo de ver que leve a pragmática a sério, na medida em as práticas comunicativas são observadas menos como produto do que como processo e o significado passa a ser visto menos como representação do que como ação.

## **Metapragmáticas e línguas-artefato**

Rajagopalan, neste volume, traz uma formulação intrigante. Ele nos alerta para o fato de que as línguas “naturais” não caíram do céu; línguas naturais são paradoxalmente um produto “cultural”, algo que linguistas e gramáticos ajudaram — e ajudam — a construir. O autor sustenta seu argumento numa formulação que poderia ser considerada cética, não tivesse sido escrita por Donald Davidson, um reconhecido filósofo analítico. Transcrevemos a citação do filósofo, mais o comentário de Rajagopalan:

Donald Davidson (1992, p. 256), seguramente um dos mais renomados filósofos da tradição analítica de filosofia, coloca seu ponto de vista a esse respeito de uma forma singela, porém extremamente significativa. Diz ele: “[...] todos falamos tão livremente de língua, ou línguas, que tendemos a esquecer que essas coisas não existem no mundo real; o que existe são apenas pessoas e seus diversos produtos acústicos e escritos. Esse ponto, óbvio em si mesmo, é no entanto fácil de esquecer [...]”. O fato, pois, é que o conceito de língua é uma pura invenção. Ele não existe *in natura*, como bem frisa Davidson (Rajagopalan, neste volume).

O capítulo de Jan Blommaert, neste volume, nos ajuda a compreender o argumento de Rajagopalan. A ideia de Rajagopalan não é nem relativista (cada um produz signos acústicos e escritos individualmente) nem cética (não há línguas; não há significados), mas, ao contrário, francamente social. A reinterpretação que o antropólogo Michael Silverstein fez do trabalho de Benjamin Whorf é trazida por Blommaert de modo a explicar que toda forma linguística é uma forma indexical, i.e., ela indica aspectos do “contexto por meio de inferências ideológicas” (Blommaert, neste volume). Whorf havia argumentado que há conexões entre estrutura gramatical e visão de mundo. Segundo ele, categorias gramaticais estavam intimamente ligadas — e de fato expressavam — traços de visões “coletivas da realidade”. Vista desse modo, a gramática não seria nem lógica nem autônoma, mas sim “cultural e social, e demonstra[ria] coerência com outros aspectos de modelos sociais e culturais” (Blommaert, neste volume). O pensamento de Whorf foi por muito tempo condenado ao limbo do relativismo, até que esforços atuais como o de Michael Silverstein (1979) e Anna Wierzbicka (1979) oferecessem evidências da validade desse pensamento para entender a cultura e a própria gramática. No terreno da gramática, a área de pesquisa chamada de etnossintaxe aventa a hipótese de que gramática e cultura não estão apenas inter-relacionadas, “mas também são interconstitutivas, através da sobreposição e do jogo simultâneo entre as práticas culturais das pessoas e as estruturas gramaticais que habitualmente empregam” (Enfield, 2002, p. 4-5).

Longe do relativismo, a proposta de Silverstein (1979) foi interpretar a proposição de Whorf como uma injunção para que não percamos de vista a camada metapragmática dos fenômenos pragmáticos. Cada uso linguístico é simultaneamente um metauso: o uso adequado das formas *tu* e *vous* em francês (ou as formas *tu/você* e *o senhor / a senhora* em português, a exemplo de outras línguas) indexa o conhecimento que o falante tem da relação social com o ouvinte; esse conhecimento — metapragmático — acaba significando deferência, boa educação, consciência etc., enquanto o seu desconhecimento pode

significar ignorância, má educação ou desatenção. Assim, o uso pragmático dessas formas gramaticais liga-se, sempre e inevitavelmente, a um uso metapragmático ou ideológico da língua.<sup>8</sup>

Os argumentos de Rajagopalan e Blommaert, neste volume, convergem para o fato de que a linguística tem um alto preço a pagar caso queira negligenciar a camada metapragmática do uso da língua. Blommaert aponta que, movidos por interesses metapragmáticos particulares, os linguistas inventaram, ao longo dos anos, metadiscursos específicos sobre língua — “a noção mesma de *uma língua*, algo com um nome e algo sobre o que se podem produzir artefatos gráficos e textuais particulares, tais como gramáticas, dicionários e manuais”. Algumas correntes do pensamento linguístico privilegiaram certos aspectos do fenômeno-língua, por exemplo, ao formularem que língua é primariamente forma e estrutura (e não função) e que o conhecimento que o falante tem da língua é função da definição nesses termos de língua. É aí que o fenômeno-língua se transforma numa língua-artefato. A essa metapragmática própria do discurso especializado Blommaert dá o nome de *ideologia arte fatual de linguagem*. O problema dessa ideologia, aponta Blommaert, não repousa no fato de ela ter produzido certas explicações sobre língua em detrimento de outras (esse exercício atesta afinal a grandeza do intelecto humano), mas sim no fato de que “tudo” o que se refira a língua seja uma função dessa definição. As línguas-artefato, cuidadosamente pensadas pela metapragmática especializada da linguística, são então delimitadas e circunscritas: seus usos são definidos por meio da intuição do especialista ou da aceitabilidade dos “informantes”, suas formas são escritas e catalogadas em dicionários, artigos e teses, e o saber do falante é circularmente confirmado pelos próprios termos do exercício teórico. Termos como “sotaque”, “forma não padrão”, “inadequação” só fazem sentido porque o domínio da língua-artefato determina o núcleo do possível em matéria de língua; esses

---

8. O trabalho de Signorni (2008) é a um só tempo um rico panorama dos estudos sobre metapragmática e uma posição firme quanto à metapragmática no campo aplicado.

termos, metapragmáticos por excelência, fazem parte assim de uma “economia”, como Bourdieu (1998) tão insistentemente frisou em sua crítica à metalinguagem da linguística.

É o reconhecimento dessa camada metapragmática que leva Adriana C. Lopes, neste volume, a perceber que formas de significação da periferia como o *funk* são submetidas a um regime metapragmático — sempre desigual — que as define como “sintoma de violência urbana” ou como “resultado de uma série de faltas: de educação, de cultura, de bom gosto etc.”. Diante do embate metapragmático profundamente desigual da geografia carioca, simbolizada por oposições como asfalto-favela, a opção ética de Adriana Lopes foi “dialogar com o ponto de vista daqueles sujeitos que habitam o chamado mundo *funk* carioca”. Como o capítulo de Branca Fabrício oportunamente argumenta, se as “lutas pelo poder sobre a contextualização” (ou pela metapragmática) são a característica própria dos estados dinâmicos de constante fluxo e mutação da vida social, a tarefa crítica do/a pragmaticista é ele/a próprio/a embarcar nessa luta — e os vários ruídos, ecos e superposições de vozes dos dados de Fabrício dão uma boa dimensão dessa luta metapragmática.

## **Ética e os mistérios da linguística**

Nos termos do capítulo de Karla dos Santos, neste volume, tratar os pontos de vista dos falantes como “argumentos truncados” (Sperber e Wilson, 2001, p. 43) ou como “possibilidades de diálogo” (Lopes, neste volume) não são meras opções teóricas, mas sim “escolhas” e, como tais, decisões éticas. A última seção deste volume, *Ética* (Parte IV), trata justamente dos limites da agência humana na linguagem. Tanto o capítulo de Karla dos Santos quanto o de João Batista Gonçalves tomam o trabalho de John Langshaw Austin como ponto de partida relevante para pensar a ética e a responsabilidade do agente humano: enquanto Santos discute a reinterpretação do trabalho de Austin por Derrida, o que resultou na formulação do conceito de

iterabilidade, Gonçalves articula a teoria da performatividade austiniana com os estudos da enunciação. As bases aristotélicas do pensamento austiniano são cuidadosamente retomadas no trabalho de Gonçalves, o qual, assim como o de Santos, tem por preocupação maior elaborar uma reflexão sobre a natureza ética da prática comunicativa humana.

Ao mesmo tempo em que finalizamos esta introdução, gostaríamos de citar um trabalho que, a exemplo do artigo de Rajagopalan (1987) com que iniciamos este capítulo, rejeita o quadro geral de racionalidade que está na base de muitos tratados linguísticos. Trata-se do interessante porém pouco conhecido artigo “Alguns mistérios da linguística”, publicado por Michel Lahud em 1977 na revista *Almanaque*. Lahud (1977, p. 37) apontava que os grandes impasses da linguística saussuriana e da linguística chomskyana eram “sua base semiológico-metafísica dualista” que impossibilita a solução de seus principais problemas. Assim, a resposta sobre o que une um significado a um significante, para Saussure, e sobre o porquê de nossa capacidade infinita de associar som e significado numa gramática, para Chomsky, são “mistérios” que apenas a sociologia (para o linguista de Genebra) ou a biologia (para o linguista do MIT) são capazes de responder. Ou seja, a atitude legitimada pelos fundadores da linguística foi, em sua fundação e nos dias de hoje, “relega[r] a solução última de alguns de seus mais sérios impasses teóricos [para outras disciplinas], mas das quais não recebe nenhuma resposta efetiva” (p. 37). Na última nota de rodapé do artigo, Lahud concede que “as recentes pesquisas em pragmática e o atual desenvolvimento de uma ‘linguística da enunciação’ parecem estar adotando, na análise da significação, uma direção que foge aos quadros teóricos aqui criticados” (Lahud, op. cit., nota 40). A composição deste livro é uma séria aposta de que uma pragmática, nova ou qualquer outra, deve se propor a responder aos problemas da significação sem recorrer a mistérios, sem precisar de fundos ocultos universais e sem medo de ir a campo em busca de plausibilidade etnográfica para seus mais sérios pressupostos.

## Referências

AUSTIN, John L. *How to do things with words*. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 1975.

BAR-HILLEL, Yeoshuah. Out of the pragmatic wastebasket. *Linguistic Inquiry*, n. 2, p. 401-407, 1971.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. Trad. Sérgio Miceli. São Paulo: Edusp, 1998.

CHARNER, Flora. *Media and citizenship in the favelas of Rio de Janeiro*. Projeto de pesquisa na Escola de Comunicação. Nova York: Columbia University Press, 2013.

DERRIDA, Jacques [1977]. Signature, event, context. Trad. Samuel Weber e Jeffrey Mehlman. *Glyph*, n. 1, p. 172-197. [Em português: "Assinatura, acontecimento, contexto". In: DERRIDA, Jacques. *Margens da filosofia*. Trad. Joaquim Torres Costa e António M. Magalhães. Campinas: Papyrus, 1991. p. 349-373.]

ENFIELD, Nick. Ethnosyntax: introduction. In: ENFIELD, Nick (Org.). *Ethnosyntax: explorations in language and culture*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

FREGE, Gottlob [1892]. Sobre o sentido e a referência. In: \_\_\_\_\_. *Lógica e filosofia da linguagem*. Trad. Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix, 1978.

GRICE, Paul. Lógica e conversação. Trad. João Wanderley Geraldi. In: DASCAL, Marcelo (Org.). *Problemas metodológicos da linguística*. Campinas: Editora do Autor, 1982. p. 81-103. (Pragmática; v. IV.)

HANKS, William. Language form and communicative practices. In: GUMPERZ, John; LEVINSON, Stephen (Orgs.). *Rethinking linguistic relativity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

ILARI, Rodolfo. Dos problemas de imperfeita simetria. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 13, p. 49-65, 1987.

KEANE, Web. Freedom and blasphemy: on Indonesian press bans and Danish cartoons. *Public Culture*, v. 21, n. 1, p. 47-76, 2009.

LAHUD, Michel. Alguns mistérios da Linguística. *Almanaque*, n. 5, p. 28-37, 1977.

MARCUSCHI, Luís Antonio. Do código para a cognição: o processo referencial como atividade criativa. *Veredas*, v. 6, n. 1, p. 43-62, 2002.

MARTINS, Helena. Wittgenstein, the body, its metaphors. *DELTA*, n. 26, p. 479-50, 2010.

\_\_\_\_\_. Tradução e perspectivismo. *Revista de Letras*, Curitiba, n. 85, p. 135-149, 2012.

MORRIS, C. *Signs, language and behavior*. Nova York: George Braziller, Inc., 1938.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Quando “2+3” não é igual a “3+2”: a semântica e a pragmática das construções simétricas em língua natural. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 13, p. 67-96, 1987.

\_\_\_\_\_. Linguagem: o Santo Graal da linguística. Trad. Daniel do Nascimento e Silva. In: SIGNORINI, Inês (Org.). *Situar a língua[gem]*. São Paulo: Parábola, 2008.

\_\_\_\_\_. *A nova pragmática: fases e feições de um fazer*. São Paulo: Parábola, 2010.

SIGNORINI, Inês. Metapragmáticas da língua em uso: unidades e níveis de análise. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Situar a língua[gem]*. São Paulo: Parábola, 2008.

SILVERSTEIN, Michael. Language structure and linguistic ideology. In: CLYNE, P.; HANKS, W.; HOFBAUER, C. (Orgs.). *The elements: a parasession on linguistic units and levels*. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1979. p. 193-247.

SPERBER, Dan; WILSON, Dreide. *Relevância: comunicação e cognição*. Trad. Helen Santos Alves. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

VERSCHUEREN, Jef. *The pragmatic perspective*. London: Arnold, 1999.

WIERZBICKA, Anna. Ethno-syntax and the philosophy of grammar. *Studies in Language*, v. 3, n. 3, p. 313-383, 1979.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical investigations*. Trad. G. E. M. Anscombe. Oxford: Blackwell, 1953.

\_\_\_\_\_. *The blue and brown books*. Nova York: Harper Perennial, 1958.

\_\_\_\_\_. Cause and effect. In: KLAGGGE, James (Org.). *Philosophical occasions*. Trad. Peter Winch. Indianapolis/Cambridge: Hackett Publishing, 1993.



## **Parte I**

# Princípios



# Em torno de uma abordagem prática em pragmática: tragédia grega como conversação impolida\*

Michiel Leezenberg

---

Tradução de Adriana Carvalho Lopes

## Introdução

Ao longo dos anos, Kanavillil Rajagopalan tem sido uma das poucas vozes em linguística teórica a demandar uma atenção maior e mais sistemática a fatores sociais no uso da linguagem. Apesar de adotarem como mera retórica o caráter inerentemente social do uso da língua, pesquisadores no campo da linguística e da filosofia da linguagem têm geralmente, como Rajagopalan (2010, p. 32) coloca, “preferido teorizar a linguagem num completo desrespeito por sua configuração social”, “preferido teorizar a linguagem em completa desconsideração de seu contexto social”. No entanto, eviden-

---

\* Este capítulo é uma versão estendida do texto “Greek tragedy as impolite conversation: Towards a practice approach in linguistic theory”, publicado em MARMARIDOU, Sophia et al. (Orgs.). *Reviewing linguistic thought: converging trends for the 21st century*. Berlim: Mouton de Gruyter, 2005. Agradecemos a Mouton de Gruyter pela permissão para publicá-lo neste volume.

temente, referências genéricas a “culturas” ou “comunidades linguísticas” do tipo que ainda encontramos muito frequentemente em escritos linguísticos e analítico-filosóficos não são substitutos para a pesquisa social-científica teoricamente guiada e empiricamente sustentada. Pior, essas referências também implicam visões de cultura que, sob atento escrutínio, mostram-se bastante questionáveis: tanto a visão implícita de cultura como envolvendo tradições antigas, normas e valores, quanto a sugestão de comunidades linguísticas como todos integrados harmoniosamente com interesses políticos e históricos muito particulares. Neste texto, vemos então o lado reverso da muito aclamada autonomia da língua no que diz respeito tanto à psicologia do falante quanto ao meio societal e cultural mais amplo. Abordagens linguísticas estruturais, dentre outras, funcionaram por muito tempo como modelo para a pesquisa científico-social; mas pode-se sugerir também que, de modo inverso, a teorização linguística pode ainda lucrar com os recentes *insights* das ciências sociais. De fato, é isto o que faço na sequência deste capítulo. O interesse de tal argumento não é apenas teórico. Tendo em mente o famoso *slogan* neoliberal de Margaret Thatcher, “Não existe sociedade. Há homens e mulheres individuais, e existem famílias”, Rajagopalan (2010, p. 43) defende que a escolha entre uma perspectiva cognitiva e societal na linguagem é, em última instância, não apenas metodológica mas também política em caráter. Eu deixo então para o/a leitor/a que deduza por si mesmo/a as implicações políticas do que se segue.

Nos anos 1970, com a formulação da semântica vericondicional e da teoria de implicatura griceana, uma conveniente divisão do trabalho entre semântica e pragmática foi estabelecida. Trata-se de uma divisão de trabalho que, apesar de inúmeras elaborações e críticas, mostra-se extremamente resistente e duradoura. Em sua grande maioria, mesmo os desenvolvimentos teóricos mais recentes não desafiam fundamentalmente os pressupostos metodológicos que associam por um lado a semântica com convenções e regras e, por outro, a pragmática com intenções e estratégias.

Tal oposição reflete a familiar dicotomia científico-social entre estrutura e agência. Essa última, no entanto, tem sido suplantada pela emergência de uma variedade de abordagens geralmente referidas como “teoria da prática”. A seguir, reivindicarei dois argumentos gerais:

1. Na teoria linguística, assim como nas ciências sociais, há espaço para uma noção de prática que não é logicamente posterior ou metodologicamente secundária à estrutura ou à agência, mas que, ao contrário, é constitutiva de ambas;
2. Além disso, as práticas linguísticas não precisam ser, pelo menos não completamente, cooperativas.

Em sociolinguística e em antropologia linguística, conceitos orientados para a prática já adquiriram um *status* respeitável como teórica e empiricamente úteis. Porém, tais conceitos ainda não são moedas correntes no que é usualmente chamado de linguística teórica ou nuclear. Minha reivindicação aqui é que, notadamente, os campos da semântica e da pragmática podem ganhar com uma incorporação mais sistemática de uma dimensão prática. Espero ilustrar esse argumento geral (admitidamente preliminar) com uma crítica, em particular, à Pragmática Griceana e Neogriceana, utilizando exemplos da tragédia grega clássica — um gênero discursivo que reflete uma prática linguística e uma consciência metalinguística que diferem significativamente daquilo que a teorização contemporânea nos levaria a esperar.

### **Semântica-pragmática como estrutura-agência**

Nos anos 1970 e 1980, uma divisão de trabalho clássica ou ideal-típica se cristalizou entre a semântica como o domínio de regras, de convenções e da linguagem literal (ou do significado proposicional ou sentencial) e a pragmática como o domínio de estratégias, intenções e significados do falante, individualmente transmitidos. Recentemente,

essa rígida oposição tem sido criticada por várias correntes teóricas. Porém, apesar dos desenvolvimentos recentes, os pressupostos metodológicos que subjazem a essa divisão não foram seriamente questionados. Esses pressupostos são os seguintes:

1. individualismo metodológico;
2. uma oposição quase estruturalista entre o comportamento individual da linguagem e o sistema da língua;
3. uma visão consensual da comunicação.

Em primeiro lugar, o individualismo metodológico, que implica tratar o usuário da linguagem como um agente autônomo, consciente e racional é uma suposição tão difundida e não controversa na teoria linguística que raramente é discutida (para uma exceção, ver Searle, 1995, p. 25). Isso se mostra não apenas na ênfase griceana nas estratégias e intenções dos falantes, como também nas abordagens cognitivas na linguística, que explicam o fenômeno linguístico em termos de processos individuais, internos e nitidamente privados.

Em segundo lugar, visões correntes da interface semântica-pragmática tendem a reproduzir a familiar distinção científico-social entre estrutura e agência. Por vários anos, cientistas sociais se perguntaram se a ação social é determinada por fatores estruturais, exteriores ao controle do ator individual e até mesmo de sua consciência (como a classe econômica) ou se é modelada pela ação consciente e intencional do ator. Marx ([1939] 2008) e Durkheim ([1895] 2007), apesar de suas diferenças óbvias, são ambos representativos de uma abordagem orientada pela estrutura. A mais famosa declaração de uma visão orientada pela agência vem, é claro, da corrente da sociologia interpretativa de Max Weber ([1922] 2004), que explica a ação social em termos de “significados subjetivos” internos ao ator individual. Em linguística, uma distinção paralela bem próxima pode ser vista na oposição estruturalista entre *langue* e *parole*, bem como na oposição entre competência e *performance*. Quer consideremos, com Saussure,

que a *langue* é um fato social ou uma norma exterior ao falante individual, quer tomemos, com Chomsky, que a competência é algo que envolve regras inconscientes, o domínio do núcleo sintático e semântico da linguística estrutural é tratado como algo independente das intenções e da consciência dos usuários da linguagem. Ao contrário disso, a *parole* como aplicação individual — e “desvio” — dessa norma social e a *performance* como realização imperfeita da competência são delegadas ao domínio da ação linguística individual e intencional — isto é, prototipicamente, à pragmática.

Finalmente, a maioria das abordagens contemporâneas da linguagem são formadas por uma visão implícita (ou uma ideologia) de linguagem (cf. Blommaert, neste volume) como um tipo de contrato social que consiste numa série de regras compartilhadas, com as quais os falantes tacitamente concordam para seu benefício individual e mútuo (para uma discussão mais detalhada e crítica, ver Leezenberg, 2002, p. 900-1).<sup>1</sup> A ideologia de linguagem como contrato social não é simplesmente uma variação do individualismo metodológico. Mais do que isso, tal ideologia implica, crucialmente, uma visão consensual da comunicação linguística voltada a reproduzir a integração e a estabilidade social. Na teoria social, o pai de tal visão consensual é Durkheim, que é explicitamente reconhecido como aquele que forneceu o modelo para a análise da polidez linguística de Brown e Levinson (1987). Visões que destacam o conflito, como as de Marx e Foucault, ainda não encontraram seu lugar na teoria linguística.

Abordagens mais recentes em linguística podem questionar a rígida oposição entre semântica e pragmática ou, até mesmo, disputar as fronteiras entre elas; mas essas abordagens não desafiam seriamente esses três pressupostos que venho apresentando aqui. Por um lado, descritivamente formas mais poderosas de semântica, como a “Teoria da Representação do Discurso” e a “Semântica Dinâmica”,

---

1. Aqui, não considero o argumento de Lewis (1969) contra considerar as convenções linguísticas como um tipo de contrato social em um sentido mais específico e técnico.

envolvem uma rica representação semântica da linguagem e, desta maneira, acabam por invadir um território do que, anteriormente, era considerado como sendo território da pragmática. Por outro lado, abordagens pragmáticas neogriceanas argumentam que formas essencialmente pragmáticas de processos de inferência são logicamente anteriores à determinação da condição de verdade ou do conteúdo proposicional. Nenhuma dessas posições, entretanto, marca uma ruptura com a clássica distinção entre a estrutura semântica e a agência pragmática.

Recentes abordagens de jogos teóricos em semântica (por exemplo, Dekker e Van Rooy, 2000), inspirados em Lewis (1969), prometem quebrar a rígida distinção entre convenção e intenção. Porém, devido ao seu foco nas estratégias de comunicação, eles ainda pressupõem uma noção de agência individual consciente, racional e autônoma. A teoria da otimalidade semântica (por exemplo, Blutner, 2000), inspirada em modelos conexionistas de computação, ameaça dissolver completamente a noção de agência.

Abordagens cognitivas da teoria linguística como a famosa Semântica Cognitiva de Lakoff e Johnson são ambivalentes sobre o papel da agência e dos fatores socioculturais. Por um lado, como argumenta Hanks (1993, p. 142-43), elas parecem dar espaço a um papel ativo do usuário da linguagem na construção de significados, mas, por outro lado, tendem a uma redução quase naturalista das questões linguísticas a processos cognitivos ou psicológicos individuais e até mesmo privados. Assim, elas não parecem deixar espaço suficiente para que o social seja compreendido como um domínio da prática pública, que envolve cooperação e conflito, negociação e contestação, bem como relações de poder que podem (ou não) ser percebidas como legítimas.

Um tipo inovador de argumento é aquele em que Clark (1996) propõe que o uso da língua é um tipo de ação conjunta realizada por pessoas que agem de forma coordenada, numa tentativa de integrar aspectos cognitivos e sociais da linguagem. A visão de Clark é, em parte, inspirada pela análise teórica que Lewis (1969) faz do

modo que a convenção linguística emerge como solução a um problema de coordenação. Do modo como estão formuladas, ambas ainda presumem agência individual (i.e., racional e autônoma). Embora Clark (1996, p. 31) a princípio reconheça variações em níveis de cooperação e aquilo que ele chama de governança (i.e., a presença ou a ausência de assimetria), na prática, ele dedica a maior parte de sua atenção para atividades linguísticas cooperativas e igualitárias. O poder, no entanto, em comunicação e em outras dimensões da vida social, não precisa ser legitimado, mas deve ser contestado e disputado. O poder não é necessariamente uma força puramente negativa, que distorce a comunicação genuína (i.e., cooperativa e igualitária). O poder, de fato, pode ser produtor de significados (cf. Leezenberg, 2002).

As consequências das premissas mencionadas acima talvez apareçam mais explicitamente na pragmática griceana e em suas ramificações. Assim como é sabido, o Princípio Cooperativo de Grice estabelece o seguinte: “Faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito aceito ou direção da troca conversacional em que você está envolvido” (Grice, 1982, p. 86, tradução modificada).<sup>2</sup>

Esse princípio não afirma que os usuários da linguagem são, de fato, sempre cooperativos, mas sim que eles interpretam os enunciados uns dos outros como sendo cooperativos, o que dá no mesmo. Mais modestamente, esse princípio meramente captura um modo alegadamente neutro ou normal de fala. Mesmo em tais termos, a pressuposição de que exista uma tal coisa chamada forma de conver-

---

2. A tradução que João Wanderley Geraldi fez para o português do Brasil do influente artigo “Logic and Conversation”, de Paul Grice, foi publicada em 1982, e baseia-se na primeira versão do texto, publicada em 1967. Grice revisou o artigo, que foi publicado por último na obra póstuma *Studies in the way of words*, de 1989, a qual Leezenberg utiliza. Reformulamos a tradução de Geraldi a partir da última versão do artigo, que pode ser lida em inglês como: “Make your conversational contribution such as is required, at the stage at which it occurs, by the accepted purpose or direction of the talk exchange in which you are engaged” (Grice, 1989, p. 26) [N.R.T.].

sação estilística e socialmente neutra, caracterizada em termos não neutros de cooperação, de polidez e de igualdade entre os participantes, acaba se vendo em apuros.

Em muitas abordagens inspiradas no modelo griceano, o princípio de cooperação torna-se algo muito mais importante. Este não é mais visto apenas como um princípio orientador que governa a interpretação de trocas polidas de informação, mas sim como algo que é de uma necessidade da natureza. Na Teoria da Relevância, tal como proposta por Sperber e Wilson, algo muito semelhante ao Princípio de Cooperação ganha um *status* quase natural como um princípio empírico geral da cognição humana. Recentemente, algumas reivindicações têm sido feitas para transformar esse princípio em uma noção central na semântica lógica, ou seja, em um princípio lógico ou *a priori* (Groenendijk, 1999). Tais movimentos mascararam o fato de que esse princípio não é, de maneira nenhuma, universalmente presente na comunicação como frequentemente é assumido.

Notadamente, o Princípio da Cooperação já provou ser uma rica e bem-sucedida ferramenta na teorização linguística. No entanto, existem vários tipos de interação linguística que não se conformam a ele. Em muitos tipos de comunicação conflituosos, autoritários e impolidos — por exemplo, interrogatórios policiais, brigas de rua, troca de insultos —, os participantes da conversação, obviamente, não podem simplesmente assumir a cooperação, a sinceridade e o respeito do outro, pois ora os participantes simplesmente não estão cooperando, ora eles são forçados a cooperar diante da ameaça de várias sanções. Na medida em que tais casos são tratados como uma simples falha em adotar um Princípio Cooperativo sempre assumido e sempre presente, essas situações e seus participantes são automaticamente reduzidos a um *status* teórico secundário de anormalidade ou a formas imperfeitas de comunicação. Pode ser útil, no entanto, olhar para as consequências de abandonar a pressuposição metodológica de que a comunicação é normalmente, ou essencialmente,

cooperativa (ver, por exemplo, a noção de violência na linguagem, conforme Silva e Alencar, neste volume).

### **Em direção a uma abordagem prática: *habitus* linguístico**

Nas ciências sociais, a aparentemente inevitável oposição entre estrutura e agência tem sido quebrada de forma muito interessante com a emergência de abordagens que focalizam a prática social — um amplo espectro de abordagens que consideram práticas não apenas como transcendendo tanto a estrutura macrossocial quanto a agência da consciência individual, mas também como (parcialmente) constitutiva de ambas (ver Schatzki et al., 2001, para uma visão geral). Tais abordagens baseadas na prática enfatizam que a ação social (incluindo a comunicação linguística) não é nem completamente intencional e objetiva, nem plenamente redutível a estruturas e regras convencionais.

A “virada prática” tem sido amplamente, embora não de modo universal, reconhecida nas ciências sociais. Entretanto, na teoria linguística, a potencial fecundidade de uma abordagem prática ainda não se realizou. Há alguns precursores (notavelmente, autores como Austin e Wittgenstein), mas implicações mais radicais da “virada prática” não foram efetivamente consideradas. Entre essas implicações está a ideia de que a *langue* não é estritamente anterior nem independente da *parole*; de que os falantes e suas intenções (ou seja, atores autônomos e plenamente conscientes e responsáveis) não precisam constituir o pano de fundo para a explicação da linguagem; e, por fim — talvez a implicação mais importante —, de que a comunicação linguística não precisa ser inteiramente cooperativa.

Meu argumento central é de caráter metodológico. Gostaria de defender as vantagens que uma reorientação para a prática trariam, mas, obviamente, só poderei aqui arranhar a superfície de um tópico tão vasto. Especificamente, uma abordagem da linguagem e da comunicação linguística mais orientada para a prática pode lucrar com a

influyente noção de *habitus* de Bourdieu, entendida como a principal força que impulsiona a ação social.<sup>3</sup> De acordo com Bourdieu, muitas de nossas ações sociais cotidianas são determinadas pelo nosso *habitus*, isto é, por um conjunto de disposições internalizadas, semiconscientes e semi-intencionais que fazem com que os sujeitos se comportem de certas maneiras e não de outras. Essas disposições refletem tipicamente (mas não de forma mecânica) fatores sociais e estruturais como idade, gênero e classe social.<sup>4</sup> Bourdieu argumenta que o *habitus* não pode ser reduzido a um planejamento ou tomada de decisão consciente e intencional (ou seja, agência), tampouco a fatores sociais ou estruturais que são externos à consciência individual do ator (ou seja, estrutura). Por exemplo, considere as maneiras ocidentais e europeias de se sentar à mesa. Essas disposições exigem não só que se use o garfo com a mão esquerda e a faca com a mão direita, mas também que se deve segurá-los de um modo específico. Disposições como segurar o garfo com a mão direita ou apoiar o cotovelo na mesa são vistas com maus olhos, embora esse comportamento seja tolerado quando realizado por crianças pequenas. Além disso, boas maneiras à mesa estão claramente ligadas ao *status* social: por exemplo, na Holanda, amassar a comida (aparentemente praticado por cerca de 50% da população) é considerado vulgar, i.e., uma forma de comer de classes menos abastadas e não educadas. Assim, boas maneiras à mesa podem ser consideradas um bom exemplo de *habitus* em termos de comportamentos esperados.

---

3. Aqui, não estou preocupado com os detalhes da pesquisa sociológica de Bourdieu sobre a linguagem (ver Bourdieu, 1991). Por uma questão de brevidade, também irei omitir a sua noção altamente relevante de poder simbólico como constitutivo da vida social por meio do uso da linguagem (Idem, p. 170). Bem como não vou discutir a violência simbólica que, entre outras coisas, atribui a certas variedades linguísticas um *status* não padrão e subordinado (Idem, p. 51-52).

4. Leezenberg se utiliza da versão para o inglês de alguns trabalhos de Bourdieu compilados no volume *Language and symbolic power* (Bourdieu, 1991), dividido em três partes. No Brasil, a primeira e a segunda parte da edição inglesa correspondem à *Economia das trocas linguísticas* (Bourdieu, 1998), obra traduzida por Sérgio Miceli; a terceira parte da edição inglesa corresponde a alguns capítulos de *O poder simbólico* (Bourdieu, 1989), traduzido por Fernando Tomaz. Em português, encontra-se ainda uma obra que agrega alguns textos de William Hanks sobre o pensamento linguístico de Bourdieu (Hanks, 2008), organizada e traduzida por Anna C. Bentes, Renato Rezende e Marco Antônio Machado [N.R.T.].

Tais comportamentos, obviamente, não são inatos, mas sim adquiridos. Todavia, ao mesmo tempo, eles não são, em sua grande maioria, formas conscientes ou deliberadas de ação. Na maior parte das vezes, as pessoas irão comer de forma automática e inconsciente, sem qualquer meta ou objetivo social em mente. No entanto, segundo Bourdieu, fatores ligados ao *habitus* podem ter um papel importante na reprodução da desigualdade social. Estudantes de classes sociais mais baixas podem encontrar obstruções invisíveis em seu movimento de ascensão social quando não demonstrarem domínio do *habitus* alimentar das classes mais educadas.

Alguns autores de destaque na teoria linguística têm notado a utilidade no *habitus* linguístico como algo que gera um comportamento esperado e quase automático. Searle (1995, p. 132) reconhece que a sua noção “*background*”, a qual ele considera, entre outras, constitutiva do sentido literal, tem algumas semelhanças com o conceito de *habitus* de Bourdieu, mas não especifica as implicações dessa semelhança. Da mesma forma, Levinson (2000, p. xiii e p. 386) observou que a noção de uma “*interpretação preferencial*”, central em sua teoria de implicatura conversacional generalizada, pode ter alguma semelhança com o conceito de *habitus*. A introdução de um correlato linguístico à noção de *habitus* não corresponde, todavia, à adição de um nível de “*interpretação preferida*” entre um significado totalmente semântico convencional e um significado totalmente conversacional dirigido pela intenção. É necessária uma revisão mais radical da própria oposição entre estrutura e agência, e de seus homólogos linguísticos como convenção e intenção, competência e desempenho, *langue* e *parole*, e mesmo sincronia e diacronia.<sup>5</sup> Uma abordagem orientada para a prática, nestes termos, não apenas iria incorporar formas esperadas de comportamento que não são completamente determinadas pela consciência, pela intenção ou pelo cálculo estratégico, mas também possibilitaria mais espaço para analisarmos o conflito tão presente na comunicação. Mais importante ainda, essa

---

5. Ver as observações minuciosas e um tanto hesitantes de Hanks (1993).

abordagem ofereceria uma explicação das relações de poder na ação social, apontando, assim, para uma alternativa metodológica à imagem quase onipresente da comunicação linguística como uma troca totalmente cooperativa entre agentes racionais e autônomos.

Assim como o Princípio Cooperativo de Grice, o *habitus* pode ser transgredido ou violado sem nenhum sentido de contradição lógica. Mas, diferentemente do Princípio Cooperativo, não se presume que o *habitus* seja socialmente neutro. Uma maior atenção ao *habitus* linguístico enfatizaria formas semiautomáticas e esperadas — mas nunca neutras — de uso de variedades da língua em contextos específicos; evidenciaria também que o aparente caráter cooperativo da comunicação linguística pode servir de máscara e, de fato, de pré-condição para a reprodução da desigualdade social (ver especialmente Bourdieu, 1998, p. 29-52). Uma “virada prática” na linguística teórica pode ajudar a explicar as limitações tanto do individualismo metodológico quanto da visão da linguagem como contrato social.

## **Tragédia grega e ação linguística**

Precisamente, o modo que uma abordagem da prática pode se materializar na teoria linguística é uma questão que vai além do escopo deste artigo. Aqui, eu não posso fazer mais do que fornecer algumas dicas sobre ganhos descritivos e conceituais que uma virada prática poderia render. Como um primeiro passo, gostaria de ilustrar essas afirmações com alguns exemplos da tragédia grega, que não só apresentam tipos prototipicamente conflituosos de comunicação, como também revelam um conhecimento metalinguístico extremamente rico e complexo. Mais significativamente, personagens trágicos não presumem genericamente que seus parceiros de conversa são sinceros e racionais ou, até mesmo, que são pessoas as quais valha a pena ouvir; ou seja, eles não seguem, tampouco assumem, o Princípio de Cooperação. Essa visão, obviamente, está em franco desacordo com o princípio central da pragmática griceana e neogriceana.

Além disso, a preocupação dos protagonistas com questões de honra, além das numerosas maldições e bênçãos que ocorrem na tragédia demonstram uma consciência de que a linguagem pode ser, em parte, constitutiva de realidades sociais.<sup>6</sup> Além disso, essas crenças metalinguísticas informam a maneira pela qual os participantes usam sua própria linguagem e interpretam a dos outros. Dito de outro modo, podemos ver a complexa interação entre a estrutura da linguagem e significado, práticas linguísticas e crenças ou ideologias metalinguísticas (ver Hanks, 1996, p. 230-4, e Blommaert, neste volume).<sup>7</sup>

Finalmente, há indicações claras de que enunciados são movidos por um *habitus* socialmente estabelecido e não por uma deliberação plenamente consciente e, ainda, que as intenções dos falantes têm pouco controle sobre a ação linguística. Para simplificar, vou me restringir às peças de Sófocles, assumindo que elas expressam um ponto de vista mais ou menos coerente sobre o caráter e o uso da linguagem. Porém, nenhuma conclusão geral sobre a visão de mundo grega antiga ou mesmo sobre o pensamento ateniense clássico está implícita aqui.<sup>8</sup>

### **a) Cooperação e conflito**

O caráter conflituoso da comunicação trágica é um desafio não só para a visão comum sobre o comportamento linguístico polido tal

---

6. O recente debate sobre a fala do ódio (notavelmente, Butler, 1997) revela alguns paralelos importantes com atos performativos de amaldiçoar ou ofender, porém este debate tem ganhado espaço sobretudo em discussões jurídicas e políticas e não na teorização linguística.

7. Aqui o meu desejo é meramente argumentar *que* esses fatores interagem, mas não *como* interagem. Também irei me abster da especulação sobre sua relativa prioridade lógica.

8. Alguns leitores podem opor-se ao uso desses exemplos, argumentando que eles são de um gênero artificial e ficcional. Porém, essa artificialidade não é maior do que aquela contida em exemplos como “o gato está no capacho” e congêneres — sentenças frequentemente presentes nos escritos de teoria linguística e filosofia da linguagem. Além disso, a suposição de uma clara dicotomia entre a linguagem ficcional e não ficcional não só acaba por ser surpreendentemente difícil de ser feita, como também impede a discussão das próprias questões em jogo, a saber, a problemática de quem tem ou pode reivindicar poder de enunciar atos de fala felizes (ver Leezenberg, 2002, p. 902).

como caracterizado por Brown e Levinson (1987), mas também coloca em xeque a própria estrutura que fundamenta tal teoria. De fato, o Princípio de Cooperação de Grice é rotineiramente violado ou ignorado. E, mais do que isso: pode-se demonstrar que tal princípio não é sequer presumido como algo que guiaria a interpretação dos enunciados dos outros.

Protagonistas trágicos repetidamente recusam-se a participar da conversação e, quando o fazem, frequentemente disputam a sinceridade, o respeito e, até mesmo, o bom senso do parceiro da conversação.<sup>9</sup>

Assim, em *Édipo em Colono*, Antígona e Teseu usam todas as suas habilidades persuasivas para garantir a Polinices uma conversa com seu pai Édipo. O próprio Polinices tem de reivindicar o estatuto de suplicante e, portanto, uma autorização divina especial para ser ouvido. Quando Polinices finalmente consegue dirigir-se ao seu pai, este simplesmente recusa-se a responder:

(1) *ti sigais;*

*phneson, pater, ti: m m'apostropheis* (1271-2)

Por que o senhor está em silêncio? Dize alguma coisa, pai, não te afastes de mim.<sup>10</sup>

A recusa a ouvir assemelha-se com a recusa a falar, descrita por Grice (1982, p. 91) como uma forma de colocar-se fora [*opting out*] do Princípio de Cooperação, mas aqui isso não parece ser a mera suspensão de um princípio ao qual todos implicitamente aderem. Além disso, quando as personagens trágicas falam umas com as outras, elas explicitamente duvidam ou contestam o cooperativismo de seus interlocutores. Em *Édipo Rei*, o personagem Édipo Rei abertamente acusa o seu próprio cunhado, Creonte, e o vidente Tirésias de men-

---

9. Aqui, deixo de lado os problemas que surgem ao se restringir a conversação a uma mera troca de informações.

10. Quando disponíveis, as traduções dos excertos das tragédias foram retiradas de obras publicadas em língua portuguesa, por exemplo, *A trilogia tebana: Édipo Rei, Édipo em Colono, Antígona/Sófocles* (Kury, 1990) [N. T.].

tirem, recusando-se a aceitar as declarações deles como cooperativas e sinceras. Em *Antígona*, o governante Creonte contesta a honestidade tanto do guarda que vigia Polinices, quanto do profeta Tirésias que lhe fala do desagrado divino sobre as suas ações. Em *Ajax*, Agamenon insulta o meio-irmão Teucro, filho de Troia, dizendo que, literalmente, não entende suas palavras:

(2) *sou gar legontosouket' an mathoim' egô:*

*tênbarbaron gar glôssanoukepaïô. (1262-3)*

Pois não registro nada quando falas: não sou versado no idioma bárbaro.

(Teucro, é claro, vem falando grego clássico o tempo todo.) Há outros inúmeros exemplos de diálogo não cooperativo em Sófocles. Tais diálogos sugerem que o comportamento linguístico cooperativo (sem falar no comportamento polido) não pode ser presumido ou tomado como uma norma subjacente à conversação. Consequentemente, enunciados não cooperativos não podem ser tratados como meros desvios de determinada norma.

## **b) *Habitus***

Há inúmeras indicações de que os enunciados trágicos são guiados por algo como um *habitus* linguístico, isto é, por uma maneira esperada de falar e agir diferenciada a partir da idade, gênero e *status* social, e não por uma deliberação consciente de um falante autônomo e racional. Não se pode falar aqui de uma conversação neutra ou “normal” que seja violada ou explorada, mas sim de formas de falar específicas, socialmente constituídas e diferenciadas pelas relações de poder, que sempre podem ser negociadas e desafiadas.

Em *Édipo em Colono*, o Édipo envelhecido diz à filha Antígona:

(3) *tais têtikaisdesmikrosexarkei logos (1116)*

Poucas palavras condizem com jovens donzelas.

As palavras de Édipo sugerem que normalmente não é esperado que jovens mulheres falem, muito menos longamente. Logo em seguida, Antígona desafia seu pai com um discurso notavelmente longo, que começa, de modo significativo, com o seguinte pedido:

- (4) *pater, pithou moi, keineaparainesô* (1181)

Ouve-me, pai, embora eu seja muito jovem para dar-te conselhos.

Antígona indica então que os mais jovens não podem assumir que seus pais (ou pessoas mais velhas em geral) irão considerar as palavras dos jovens como sérias. Situações similares ocorrem, frequentemente com resultados ainda mais trágicos: em *Antígona*, Creonte se recusa a ouvir os conselhos de seu filho Hemon a não deixar o corpo de Polínicos sem ser enterrado, desconsiderando, assim, as instruções de alguém mais novo (726-727). Em *Trachiniae* (1114ff.), Hilo persuade, com muita dificuldade, o seu pai Hércules a ouvi-lo. Em *Electra*, Clitemnestra simplesmente ignora as acusações de sua filha, Electra, sobre o assassinato de Agamenon, retribuindo com a seguinte resposta:

- (5) *poias d' emoi dei pros getndephrontidos,  
htistoi autatntekousanhubrisen,  
kaitautatlikoutos* (612-4)

Que consideração merece alguém que enfrenta a mãe assim, e nessa idade?

Gostaria de enfatizar que essas recusas não são simplesmente um indicador do caráter falho dos pais, mas de um tipo de comportamento das crianças que é normal e esperado. A indicação de um uso da linguagem dirigido pelo *habitus*, que reflete a posição social do falante, aparece em *Trachiniae*, onde Dejanira sugere o seguinte:

- (6) *kaxagantnara  
muthoikalspiptousin.* (61-2)

Meu filho, meu menino, mesmo de malnascidos as falas podem sair bem: esta mulher é escrava, mas encontrou palavras livres.

Essas palavras revelam que não se espera que falantes de baixo *status* social falem algo importante. Em *Electra*, o coro (formado por jovens de Argos) enuncia uma maldição contra Clitemnestra por ter assassinado Agamenon:

(7) *hōshotadeporôn*

*oloit', ei moi themistad' audân* (126-7)

Que morra o culpado, se me é permitida a palavra.

A adição do condicional no enunciado implica que eles não assumem automaticamente que tenham o direito de desafiar o poder daqueles que têm um *status* social mais elevado. Resumidamente, podemos dizer que falantes trágicos parecem ser dirigidos por algo como um *habitus* que é frequentemente assumido de forma implícita, mas que pode ser facilmente violado ou desafiado. Além disso, a linguagem produzida por tal *habitus* não pode ser vista como social ou conversacionalmente neutra. Muito pelo contrário, ela reflete as assimetrias existentes nas relações de poder, no *status* social, na idade e no gênero, as quais podem a todo momento ser desafiadas como injustas e não legítimas.

### c) O poder das palavras

Surpreendentemente, as personagens trágicas não revelam nenhuma crença na linguagem como um conjunto estruturado ou sistemático de convenções: elas falam de palavras e do falar, em vez de linguagem. As palavras são tipicamente opostas às ações: a conversa fiada é recorrentemente oposta à verdade e aos atos nobres. Porém, em outros casos, há uma crença de que as palavras (ou melhor dizendo, a enunciação das palavras) contam, por si mesmas, como ações que podem mudar o mundo. Édipo argumenta que poucas palavras de seus filhos poderiam ter evitado que ele fosse banido de sua cidade natal (*Édipo em Colono*, 443). Ou seja, um único enunciado (perfor-

mativo) pronunciado por aqueles que estão no poder pode ser decisivo para o *status* jurídico e social de alguém. Mesmo a própria menção ao nome de um indivíduo ou ação pode ser vista como tendo sérias consequências. Por medo de serem conjurados, muitos falantes evitam utilizar o nome das Eríneas (ou deusas da ira); em vez disso, referem-se a elas eufemisticamente como Eumenides (“as gentis”) ou simplesmente como:

- (8) *tând’ amaimaketânkorân*  
*hastremomenlegein* (Édipo em Colono, 127-8)  
 As donzelas invencíveis cujo nome trememos ao falar.

Palavras também são percebidas como armas que podem ferir ou até mesmo matar. Quando o coro de anciãos de Ática pergunta a Édipo sobre o seu passado assassino e incestuoso, ele responde:

- (9) *thanatosmentad’ akouein* (529)  
 É a própria morte ouvir tais coisas!

Édipo considera a simples menção de seu próprio passado como um ataque a sua persona social. De forma mais geral, os numerosos insultos que circulam nas disputas trágicas são assaltos ou desafios à honra e ao respeito do oponente. Claramente, as palavras são vistas como armas importantes com as quais se ataca ou se protege a honra, a face e a respeitabilidade social das pessoas. Este é um ponto que devemos ter em mente quando interpretamos os atos de fala de maldição (e, em certa medida, os de bênção) na tragédia.

Édipo Rei, involuntariamente, amaldiçoa a si próprio quando anuncia a terrível punição para o assassino desconhecido de seu pai Laio (236ff.). Ao fazer isso, ele atribui a si mesmo uma posição mais baixa e pior do que a de um criminoso comum. Mais tarde, em Colono, ele violentamente amaldiçoa seus filhos Etéocles e Polinices, evitando que ambos alcancem a vitória e adquiram o trono de Tebas, assim reafirmando, ou reproduzindo, a condenação divina que repousa sobre a sua casa.

Esses casos não devem ser considerados, como frequentemente se faz, como a expressão de uma crença primitiva no poder mágico das palavras em influenciar a natureza, ou seja, como índice de uma confusão entre as esferas natural e humana, ou entre o humano e o super-humano. Primeiro, não é correto dizer que essas esferas ainda não sejam cristalizadas no pensamento trágico: é mais apropriado dizer que parte da força da tragédia reside precisamente na problematização (e no *status* ambíguo) dessas distinções aparentemente estritas. Segundo, e talvez o mais importante, é que muitas personagens trágicas refletem um conhecimento metalinguístico do que Bourdieu (1991, p. 170) chama de “magia social” da linguagem performativa, i.e., o fato de que a mera enunciação de palavras pode construir a realidade social ou fato que a representa (cf. Searle 1995, p. 45). Dito de outro modo, a linguagem aqui é vista não como um contrato que regula o mundo, mas sim como uma arma para transformá-lo. Maldições e bênçãos estão entre as formas mais potentes de afetar a face ou a honra de alguém. Ao capturar Édipo em Colono, Creonte sugere que está fazendo isso em defesa de sua honra e que não teria recorrido à força se sua honra não tivesse sido desafiada:

(10) *kai taut' an oukeprasson, eimèmoipikras  
autôit' arasèratokaitômôigenei* (951-2)

E nem assim teria feito a tentativa se ele não tivesse lançado imprecações amargas contra mim e toda a minha raça.

Sua própria ação (que desafia as leis atenienses), por seu turno, é sentida como um insulto não só à honra de Atenas, como também à honra do rei Teseu. Palavras são armas especialmente poderosas porque não podem ser facilmente controladas por humanos. Protagonistas trágicos não especificam se o poder das palavras está nas próprias palavras, nos falantes que as enunciam ou nas divindades que as sancionam. Na verdade, a tragédia explora sistematicamente a ambiguidade entre as diferentes autoridades envolvidas no uso da linguagem e a falta de controle que os agentes humanos têm sobre as suas próprias palavras. Assim, uma importante restrição à autonomia

e, portanto, à responsabilidade do falante individual ocorre quando ele enuncia suas palavras com ódio (*thumos*). Desse modo, o *thumos* é em parte visto como uma força exterior, que deixa um ser humano sem controle de si mesmo. Assim, em *Édipo em Colono*, o rei ateniense Teseu observa:

- (11) *pollai d'apeilapolladèmatènepè*  
*thumôikatèpeilèsan: all'honoushotan*  
*hautougenètai, phroudatapeilèmata*(658-60)

Infladas pela cólera as ameaças com frequência se propagam como palavras vãs, mas logo que o espírito retoma o seu domínio elas desaparecem.<sup>11</sup>

O fato de alguém falar algo movido pela raiva é um índice de que seus comentários não devem ser levados a sério. Édipo reivindica que algumas de suas palavras anteriores foram conduzidas pelo *thumos* e, por isso, não deveriam ser ouvidas, especialmente quando ele disse que queria ser banido das terras tebanas (*Édipo em Colono*, 434-441; 765-771). A grande ironia aqui, obviamente, reside na questão de esses enunciados violentos presentes na tragédia (notavelmente, as imprecizações contra Creonte e Polinices) serem conduzidos mais pelo ódio do que pela razão; e também na questão de se palavras motivadas pela raiva podem ser consideradas sérias e efetivas. Obviamente, seria apressado afirmar que o conceito de *thumos* é precursor da noção de *habitus*. Porém as implicações de ambos — dentre outras, de que o uso da língua não precisa ser plenamente guiado ou controlado por uma consciência plena e pela agência soberana do falante — são admiravelmente similares.

Na mesma direção, Atena pune Ajax por dizer que não necessita de assistência divina ao ataque de Troia (*Ajax*, 748-783). Mesmo que essa declaração possa ser verdadeira, a deusa a considera uma

---

11. De acordo com alguns comentaristas da Tragédia, essa passagem é uma interpolação tardia, mas ela se encaixa bem nas declarações do próprio Édipo.

séria ofensa. Em suma, falantes trágicos não têm pleno controle de seus enunciados, e seria não só problemático, mas também muito perigoso reivindicar uma total soberania e responsabilidade sobre os próprios atos e palavras.<sup>12</sup>

## Conclusão

Espero que esta breve discussão sobre alguns aspectos linguísticos e metalinguísticos da tragédia sofocleana tenha tornado plausível o argumento de que há áreas significativas da comunicação linguística que não podem ser simplesmente tomadas como cooperativas, consensuais e polidas. As ideologias linguísticas das personagens trágicas, ou suas crenças metalinguísticas, demonstram que elas não se conformam às demandas da pragmática griceana. E mais: essas personagens sequer assumem que outros irão se conformar a tais demandas. Ao contrário, revelam uma consciência da eficácia social e do caráter possivelmente conflitivo da linguagem. Da mesma forma, a percepção da relativa independência do ato de fala trágico ante a soberania do sujeito, bem como o desafio e o conflito presentes na tragédia sugerem o potencial de uma abordagem orientada pela prática, informada pela noção de *habitus* linguístico.

As implicações metodológicas das questões até aqui levantadas devem ter ficado claras: primeiro, o foco nas práticas problematiza a estrita oposição entre a semântica como o domínio das regras e convenções (ou dos significados literal e proposicional) e a pragmática como o domínio das intenções e estratégias (ou dos significados figurativo e do falante); segundo, este foco expõe as limitações da

---

12. Esta posição linguística assemelha-se ao famoso argumento de Vernant (1981) de que a tragédia grega não envolve uma noção de atores autônomos e soberanos, ou de sujeitos legais completamente responsáveis por seus próprios atos. Tal argumento vai de encontro à crença bastante disseminada de que as ações das personagens trágicas possuem uma “dupla motivação”, isto é, elas seriam guiadas tanto pela vontade humana, quanto pela intervenção divina.

suposição acrítica da agência autônoma e racional e do individualismo metodológico; terceiro, ele questiona a validade universal da frequentemente assumida visão de linguagem como contrato social e a correlata visão consensual da comunicação; quarto, essa abordagem demanda uma atenção mais sistemática à interação entre estrutura linguística, prática linguística e crenças metalinguísticas. Desta e de outras maneiras, uma abordagem sistemática da prática linguística traz em si a promessa de enriquecer descritivamente a teoria linguística, integrando aspectos sociais e cognitivos do uso da língua.

## Referências

- BLUTNER, Reinhard. Some aspects of optimality in natural language interpretation. *Journal of Semantics*, n. 17, p. 189-216, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Language & symbolic power*. Cambridge: Polity Press, 1991.
- \_\_\_\_\_. *A economia das trocas linguísticas*. Trad. Sérgio Miceli. São Paulo: Edusp, 1998.
- BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen C. *Politeness*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- BUTLER, Judith. *Excitable speech: a politics of the performative*. London: Routledge, 1997.
- CLARK, Herbert. *Using language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- DEKKER, Paul; VAN ROOY, Robert. Bi-directional optimality theory: an application of game theory. *Journal of Semantics*, n. 17, p. 217-42, 2000.
- DURKHEIM, Émile [1895]. *As regras do método sociológico*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GRICE, Paul. Lógica e conversação. Trad. João Wanderley Geraldi. In: DASCAL, Marcelo (Org.). *Problemas metodológicos da linguística*. Campinas: Editora do Autor, 1982. p. 81-103. (Pragmática; v. IV.)

\_\_\_\_\_. *Studies in the way of words*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989.

GROENENDIJK, Jeroen. The logic of interrogation (classical version). In: MATTHEWS, T.; STROLOVITCH, D. L. (Eds.). *Proceedings of the 9<sup>th</sup> Conference on Semantics and Linguistic Theory*. Ithaca: CLC Publications, 1999.

HANKS, William. Notes on semantics in linguistic practice. In: CALHOUN, Craig; LIPUMA, Edward; POSTONE, Moïse (Orgs.). *Bourdieu: critical perspectives*. Cambridge: Polity Press, 1993.

\_\_\_\_\_. *Language and communicative practices*. Boulder, CO: Westview Press, 1996.

\_\_\_\_\_. *Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin*. Trad. e org. Anna C. Bentes, Renato Rezende e Marco Antônio Machado. São Paulo: Cortez, 2008.

KURY, Mario da G. *A trilogia tebana: Édipo Rei, Édipo em Colono, Antígona / Sófocles*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

LEEZENBERG, Michiel. Power in communication: implications for the semantics-pragmatics interface. *Journal of Pragmatics*, n. 34, p. 893-908, 2002.

LEVINSON, Stephen C. *Presumptive meanings*. Cambridge, MA: MIT Press, 2000.

LEWIS, David K. *Convention: a philosophical study*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1969.

MARX, Karl [1939]. *Contribuição à crítica da economia política*. Trad. Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Aspectos sociais da pragmática. Trad. Claudiana Nogueira de Alencar. In: \_\_\_\_\_. *A nova pragmática: faces e feições de um fazer*. São Paulo: Parábola, 2010.

SCHATZKI, T. R.; KNORRCETINA, K.; SAVIGNY, E. von (Orgs.). *The practice turn in contemporary theory*. London: Routledge, 2001.

SEARLE, John. *The construction of social reality*. New York: Free Press, 1995.

VERNANT, Jean-Pierre [1972]. Intimations of the will in Greek tragedy. In: \_\_\_\_\_; VIDAL-NAQUET, P. *Tragedy & myth in Ancient Greece*. Sussex: Harvester Press, 1981.

WEBER, Marx [1922]. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Trad. Régis Barbosa e Karen Barbosa. Brasília: Ed. da UnB, 2004.